

EDUCAÇÃO SUPERIOR

As instituições comunitárias devem encontrar um diferencial para enfrentar a crise e a crescente mercantilização

11

NOVO ENSINO MÉDIO

As contradições da reforma na educação básica que será implantada a partir de 2022 nas escolas públicas e privadas

16

ENSINO PRIVADO

Mais trabalho, gastos com tecnologia e qualificação, adoecimento: os professores pagam a conta da pandemia

22

FORMAÇÃO DOCENTE

Há uma clara intenção de induzir a sociedade a acreditar que a melhoria da educação passa unicamente pela formação dos professores, o que oculta as precárias condições materiais e objetivas de trabalho e da valorização da carreira docente

28

REVISTA textual

SETEMBRO 2021 | Nº 29

ISSN 1677-9126

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL • SINPRO/RS



Grandes potências devem acirrar padrão de guerras híbridas como método de dominação dos mais fracos, enquanto emergentes como o Brasil perdem protagonismo | 4

A guerra pelo poder global após a pandemia

Textual / Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul.

n. 29 (setembro/2021). – Porto Alegre: Sinpro/RS, 2021.

v.: 22x26 cm

Anual

ISSN 1677-9126

11. Educação-periódicos 2. Ensino privado-periódicos I.

Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

CDU: 37(05)

Bibliotecária responsável: Melissa Martins CRB10/1380

Indexada ao CIBEC/INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

Fundado em maio de 1938, o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul, Sinpro/RS, foi o primeiro sindicato de professores do Estado. Pioneiro em adotar o conceito Sindicato Cidadão, no início dos anos 90 passou a atuar sob o trinômio Luta, Serviço e Cidadania. No mesmo período, adotou o Sistema de Direção Colegiada. O Sinpro/RS representa mais de 30 mil professores do ensino privado gaúcho, atuantes em 2 mil instituições de ensino.

Entre as principais conquistas, estão: piso salarial, adicional por tempo de serviço, adicional por aprimoramento acadêmico, pagamento de horas extras, plano de saúde e estabilidade do aposentando, cláusulas normatizadas anualmente pela Convenção Coletiva de Trabalho. Além de apoiar diversas iniciativas culturais, o Sinpro/RS também se destaca pela publicação do jornal *Extra Classe* (41 prêmios de jornalismo); pelo portal www.sinprors.org.br; pelo Prêmio Educação RS; pelo Núcleo de Planos de Carreira (NPC); pelo Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP); e pela *Revista Textual*.

Direção Colegiada Estadual | Amarildo Pedro Cenci, Cássio Filipe Galvão Bessa, Celso Floriano Stefanoski, Cecília Maria Martins Farias, Erlon Veronez Schuler, Flávio Miguel Henn, Glória Celeste Pires Bittencourt, Jeferson Luis Lima Cunha, Marcos Júlio Fuhr, Margot Johanna Capela Andras, Sani Belfer Cardon, Suzana de Paula Rosa, Patrícia Dyonisio de Carvalho, Rodrigo Perla Martins.

CONSELHO FISCAL | **Titulares:** Angelo Estevão Prando, Flavia Campos de Quadros, Luiz Afonso Montini – **Suplentes:** João Marcelo Pereira dos Santos, Maria de Fátima Marques Ribeiro, Sílvia da Silva Lopes

REGIONAL BAGÉ | Cármen Regina Schmidt

Barbosa, Josiane Trindade Fernandes, Maria Aurora Silva Vianna da Silva – **REGIONAL BENTO GONÇALVES** | Ivânia de Brito Costanzi, Marta Bertani – **REGIONAL ERECHIM** | Jorge Reppold Marinho – **REGIONAL LAJEADO** | Cristiane Feltraco Navarro, Douglas Barbosa Schlabit, Justina Inês Faccini Lied – **REGIONAL PASSO FUNDO** | Adriana Ferreira da Silva, Claudia Freires da Silva, Jean Mauro Menuzzi, Lisene Maroso, Vinicius Rauber e Souza – **REGIONAL PELOTAS** | Cristiane Marryam de Matos Quiumento, Luiz Otávio Pinhatti, Marcos Kammer – **REGIONAL RIO GRANDE** | Marlene José Machado, Rosane Berenice Pereira Fonseca – **REGIONAL SANTA CRUZ DO SUL** |

Betina Durante, Elizani Kaizer, João Batista Gomes, Josiane Abrunhosa da Silva Ulrich – **REGIONAL SANTA MARIA** | Ana Carla Mesquita Vergueiro da Cruz, Edmar Pereira Fabricio, Maria Lúcia Coelho Corrêa, Paulo Renato dos Santos Ferrony – **REGIONAL SANTA ROSA** | Carla Simone Sperling, Naima Marmitt Wadi – **REGIONAL SANTO ÂNGELO** | Cirilo José Dalla Costa, Isadora Wayhs Cadore Virgolin, Sandra Balbé de Freitas – **REGIONAL SÃO LEOPOLDO** | Andrea Maria Ritter, Daniel Vieira Sebastiani, Enécio da Silva, Otávio Afonso Forneck, Zeliane Santos de Arruda – **REGIONAL URUGUAIANA** | Evandro Ribeiro Rosso, Sandra Cristina Vargas dos Santos Pereira.

expediente

A *Revista Textual* é uma publicação do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS. Avenida João Pessoa, 919 – Porto Alegre / RS – CEP 90.040-000. Fones: (51) 4009.2900 – (51) 4009.2980. www.sinprors.org.br/textual – textual@sinprors.org.br. **Impressão** | ANS - Tiragem 2.000 exemplares. **Coordenação-Geral** | Valéria Ochoa | valeria.ochoa@sinprors.org.br. **Edição Executiva** | Gilson Camargo | gilson.camargo@sinprors.org.br. **Conselho Editorial** | Erlon Veronez Schuler, Isadora Wayhs Cadore Virgolin, Josiane Abrunhosa da Silva Ulrich, Marcos Júlio Fuhr, Patrícia Dionysio de Carvalho, Rodrigo Perla Martins, Rosane Berenice Pereira Fonseca. **Revisão** | Press Revisão. **Fotografia** | Igor Sperotto e arquivo de imagens do Sinpro/RS. **Capa** | Ilustração Shutterstock. **Projeto Gráfico, Edição Gráfica e Editoração** | Rogério Nolasco Souza.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



facebook.com/SinproRS



twitter.com/SinproRS



instagram.com/SinproRS



youtube.com/SinproRS

Av. João Pessoa, 919 – Porto Alegre, RS
(51) 4009.2900 – 4009.2980
www.sinprors.org.br/textual
textual@sinprors.org.br

sumário

editorial



capa | ensaio

Geopolítica pós-pandemia

4

ensaio

O pacificador: o governo Biden e os desafios dos Estados Unidos

32

artigos | dinâmica do meio educacional

Universidades comunitárias: há um diferencial em tempos de crise?

11

A mudança é necessária – A forma pode ser contraditória

16

Desafios e sentidos da formação docente no contexto educacional contemporâneo

28

artigos | o professor e o mundo da escola

O que os professores do ensino superior no RS nos disseram sobre as suas atividades durante a pandemia

22

A questão das crises do século 21 foi
agravada com o novo coronavírus, mas
sua essência não mudou.

Poder e territorialidade pós-pandemia

“As relações internacionais seguem o padrão de disputas entre potências, agora capazes de, mediante guerras híbridas, envolvendo cultura, moldar os mais fracos a seu bel-prazer. O mundo pós-pandemia não será diferente”, projeta o autor do ensaio de capa desta edição, professor Fernando Roberto de Freitas Almeida, doutor em História Política pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e coordenador da graduação em Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos, da Universidade Federal Fluminense.

O pesquisador de pós-doutorado do Centro de Estudos da América Latina e Caribe (Cerlac) da Universidade de York (Canadá) e doutor em História Econômica da América Latina pela Universidade de Georgetown (EUA), Bruno Biasetto, assina o ensaio *O pacificador: o governo Biden e os desafios dos Estados Unidos*. Autor do livro *A Era de Trump: a encruzilhada da direita americana* (Edipuc, 2020), Biasetto apresenta uma análise sobre a política interna do governo do democrata Joe Biden. Eleito em 2020 sob o legado político de Trump, o atual presidente norte-americano herdou o agravamento dos problemas econômicos e questões raciais e migratórias.

Dinâmica educacional e os professores

As universidades comunitárias regionais enfrentam uma crise sem precedentes, decorrente das políticas educacionais, do acirramento da competição na educação superior e da pandemia da covid-19, pontua o professor João Pedro Schmidt, da Unisc, no artigo *Universidades comunitárias: há um diferencial em tempos de crise?*

O Novo Ensino Médio que será implantado nas escolas públicas e privadas a partir de 2022 é o tema do artigo *A mudança é necessária – a forma pode ser contraditória*, de autoria da professora Roselane Costella, da PPG em Geografia da Ufrgs.

O artigo *Desafios e sentidos da formação docente no contexto educacional contemporâneo*, da professora Margareth Simionato, mestre e Doutora em Educação pela Ufrgs e pós-Doutoranda em Educação na UFSC, aborda as causas da desmotivação que ronda as perspectivas da carreira docente.

Um panorama revelador sobre o protagonismo dos professores durante a pandemia, a partir da pesquisa realizada pela FlamingoEDU para o Sinpro/RS, o Sinpro/Caxias e o Sinpro/Noroeste, completa esta edição. O artigo é assinado pelos professores e pesquisadores Heitor Strogulski e Günther Gehlen.



ensaio

Fernando Roberto de Freitas Almeida

Doutor em História Política pela
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.¹

O mundo pós-pandemia manterá o
padrão de disputas entre potências e
o domínio sobre os mais fracos
mediante guerras híbridas

Geopolítica pós-pandemia

Palavras-chave: Sistema Internacional, Crises Sistêmicas, Poder Global.

Resumo

Questões ligadas à Geopolítica interessam a todos os Estados nacionais, pois os aspectos geográficos e sua localização influenciam projetos políticos e econômicos, tanto internos, quanto aqueles voltados à inserção no sistema internacional. Associar poder e territorialidade envolve muitas questões, em especial em um mundo em que o imperialismo se manifesta por fatores essencialmente econômicos, hoje, basicamente financeiros. As relações internacionais seguem o padrão de disputas entre potências, agora capazes de, mediante guerras híbridas, envolvendo cultura, moldar os mais fracos a seu bel-prazer. O mundo pós-pandemia não será diferente.

Este artigo visa a apresentar debates envolvendo o campo da Geopolítica e situá-los para um cenário pós-covid-19. Os conceitos tradicionais da Geopolítica clássica foram definidos por autores das grandes potências europeias e dos EUA, ainda durante a *Era dos Impérios*, que começou a terminar em 1918, bem quando os Estados Unidos da América iniciavam sua “curta marcha para a hegemonia” (TEIXEIRA, 2000). A primeira citação deste nome apareceu em obra do sueco Rudolf Kjellen (1864-1922), datada de 1899. Questões como o domínio da Eurásia, considerada como o “pivô do mundo”, e os confrontos entre potências marítimas e continentais passaram a ser

vistas como elementos constitutivos de uma nova “ciência”, noção que foi a pique com a derrota do III Reich, em 1945. Um dos grandes assuntos de nosso tempo é o domínio do vasto continente eurasiático pelo lado asiático, cuja face mais visível é a rápida ascensão chinesa. Contudo, disputas claras ou veladas sobre recursos da América Latina e da África estão em curso, sem que as populações dessas vastas regiões sejam minimamente informadas a respeito.

Evidentemente, Geopolítica não pode tratar tão-somente de questões físicas, mas sempre se volta à análise da importância de acidentes geográficos para formulações políticas dos Estados nacionais. Vale

dizer, necessariamente, que a Geopolítica lida com grandes estratégias. É oportuno lembrar a definição do alemão Hans Werner Weigert (1942, pp. 22-23), nascido em 1902:

Não existe algo como uma ciência geral da geopolítica, que possa ser subscrita por todas as organizações estatais. Há tantas geopolíticas quanto os sistemas estatais em luta sob condições geográficas as quais, no caso do poder marítimo e do poder terrestre, são fundamentalmente diferentes. Há uma "Geopolitik", uma "geopolitique" [...] Cada nação tem a geopolítica que pretende [...]"

Como observado por Miyamoto (2014), os termos geopolítica e estratégia adquiriram, com o tempo, um caráter polissêmico. Uma vez que análises que, de fato, se situam no âmbito da Economia Política Internacional e das Relações Internacionais cobrem temas

específicos, em que se fazem necessárias pesquisas sobre as relações entre Estados e mercados, envolvendo produtos, tecnologias, serviços, armamentos e os chamados "grandes temas" (ambiente, Direitos Humanos, energia...) são denominadas como Geopolítica.

Geopolítica do café, geopolítica do verde, geopolítica do futebol, geopolítica da arte, geopolítica da cultura, geopolítica da saúde, geopolítica do desenvolvimento, geopolítica do voto, geopolítica das eleições, geopolítica da habitação, geopolítica da internet, geopolítica do crime, geopolítica do tráfico são apenas algumas das centenas de exemplos que podem ser lembrados e que se converteram em termos explicativos para designar o "estado da arte" ou o estágio em que se encontra determinada área ou tema (MIYAMOTO, 2014, p. 11).

Conforme Da Costa (2020): "[...] esse tipo de discurso está centrado, de forma predominante, nas relações entre o território e o poder ou, mais precisamente, no território como objeto e meio do poder de Estado". Interessante, para esse autor, é associar a Geopolítica a seu emprego pela ideologia hitlerista, criticando aqueles que empregam o termo sem maiores distinções – ou sem distinções – com a Geografia Política. Não cabe neste artigo aprofundamento desta discussão, preferindo-se o modo de ver as análises da temática adotada por autores como os brasileiros Bertha Becker, Manuel Correia de Andrade e, ainda antes, a notável obra do médico e geógrafo Josué de



Foto: Nick Jeffery / visualhunt.com

Castro² e do francês Yves Lacoste, que, reconstruindo a Geopolítica, postula uma “geografia do subdesenvolvimento”, com enfoque anti-colonialista. Importante, como observa Miyamoto (*op. cit.* p. 13), é registrarmos que cada Estado nacional pensará em uma diferente geopolítica, embora precise levar em consideração os termos mais “gerais”, definidos há tempos. Afinal, os países, em sua busca de, pelo menos, sobreviverem no sistema internacional (para os detentores de grande poder, trata-se de pensar em como projetá-lo externamente, hoje em um ambiente capitalista altamente competitivo), usam “métodos e critérios diferenciados, desde o uso da força até influências políticas, econômicas, tecnológicas e sobretudo culturais”.

As grandes discussões geopolíticas contemporâneas

Desde o fim da II Guerra Mundial, o sistema internacional vive sob a hegemonia dos EUA, tema para profundas elaborações teóricas, em especial nos campos das Relações Internacionais e da Economia Política Internacional (CARMONA, 2017).

Para autores como o italiano Giovanni Arrighi, o capitalismo teria conhecido até o momento três *hegemons*, a Holanda, a Inglaterra e os Estados Unidos; contudo, efetivamente, a capacidade de promover o alinhamento de outros países a seus próprios interesses foi realmente exercida pelos EUA, como demonstrou a estadunidense Ellen Wood. Eles constituem o primeiro império baseado em fatores econômicos, com os extraeconômicos (prestígio, territorialismo, militarismo, indo a reboque da motivação pela busca do lucro incessante).

Nos tempos do sistema bipolar, ou da “Guerra Fria”, a lógica da geopolítica parecia “simples”. No entanto, com a recuperação das economias de mercado, desde as reconstruções da Europa e do Japão pós-guerra, via-se que as diferentes formas do modo de produção capitalista (grosso modo, a liberal estadunidense, a social europeia e a corporativa japonesa) alinhavam-se diante de um inimigo portador de um projeto anti-hegemônico e antissistêmico, a URSS.

Interessante registrar que o Japão, considerado aliado na contraposição ideológica à economia planificada que se opunha às de mercado, também, embora localizado no Oriente, era considerado “Ocidente” (WALLERSTEIN, 2003). Dissolvida a União Soviética, o sistema se esgarçou a tal ponto que nem mais foi possível chegarem a bom termo as negociações da Organização Mundial do Comércio. Foi criada apenas em 1995, quando se chegou a cogitar mesmo de parar as negociações no ponto ao qual o GATT havia chegado.

Delineia-se um Norte Global que, durante a Guerra Fria, tinha fronteira com um Sul Global visível já a partir do sul da Rússia, como mostra o mapa apresentado na capa de um livro marcante, de 1992³, a seguir. Esta é uma visão de um tipo novo de análise, a que se chamou “Goeconomia”.

Os referenciais para a elaboração do mapa já não incluíam mais a noção de Primeiro Mundo (desenvolvidos capitalistas), Segundo Mundo (socialistas) e Terceiro Mundo (países pobres, em geral denominados “subdesenvolvidos”). Trata-se de uma divisão entre ricos e

pobres. Como se desenharia a fronteira hoje? Como será redesenhada nas próximas décadas?

Convém pensar a atualização desta fronteira. China e sua periferia, mesmo países sobre os quais não exerce poder diretamente, estão sendo efetivamente incorporadas ao Norte Global. Primeiramente, a Coreia do Sul, único país a passar da condição de subdesenvolvido para a de desenvolvido, ao longo do século 20. Desse modo, como ficarão a América Latina e a África? Com ou sem os profundos danos provocados pela pandemia atual, poderão vir a caracterizar um Sul Global imutável por décadas, como região apenas disponível ao fornecimento de matérias-primas ao Norte. Não é difícil perceber a existência de um projeto de reversão a padrões de décadas passadas, talvez mesmo ao padrão do século 19, de complementariedade forçada das economias do Norte e do Sul (McCONANAY, 2021), de maneira desfavorável às últimas.

O confronto entre os projetos chineses (destaque para a “Nova Rota da Seda”, dentro do projeto de “desenvolvimento pacífico”) e estadunidenses (lembrando o projeto “Por um novo século americano” do governo Bush, substituído em 2009 por outro *think tank*, o *Foreign Policy Initiative*, visando à apresentação de propostas para a dominação global, incluindo agora o ciberespaço, um dos principais temas geopolíticos contemporâneos). Tal confronto chama atenção de especialistas há tempos, podendo-se citar diversos autores, aqui exemplificados pelas obras do alemão Andre Gunder Frank, que dedi-

Foto: Mufid Majnun / Unsplash



cou bastante atenção ao Brasil (FRANK, 2003). Ceceña (2004) complementa essa análise, discutindo como os EUA vêm articulando seus colossais recursos de poder, para fazerem frente ao mundo que virá. Como bem apontou Wallerstein (2003, p. 14), “o único grão de areia na maquinaria era uma certa resistência no Sul para esta ordem mundial definida pelos Estados Unidos”.

As grandes crises do século 21 e a Geopolítica

Importante referencial para o entendimento do século 21 foi dado por Immanuel Wallerstein (2002 a e 2002 b), ao considerar que as próximas décadas (como também analisado por Arrighi) verão uma perigosa crise de hegemonia, derivada não apenas de ciclos econômicos, mas também de uma simultaneidade de crises diferentes, a saber:

– deterioração ambiental, que muitos já consideram ter chegado a um ponto irreversível e da qual emana também a sucessão de pandemias que atacaram os seres humanos em anos recentes. Esta se associa a uma outra, grave, mas que pode ser resolvida pelos avanços da ciência: a crise energética. Muitos dos problemas daí derivados afetarão seriamente as avaliações geopolíticas de todos os países, através do deslocamento de grandes populações, de transformação de solos agricultáveis em solos imprestáveis e, ao contrário, da possibilidade de mudança de áreas hoje inacessíveis, pelo clima, em regiões produtoras de cereais, como o Norte do Canadá e a Sibéria. Os deslocamen-

tos populacionais gerarão outros problemas, as “guerras climáticas” (WELZER, 2010, SASSEN, 2016), as quais costumam ter a aparência de conflitos étnicos-religiosos;

– desruralização, usualmente vista como urbanização acelerada, criadora de dificuldades de abastecimento, foco de tensões sociais e psicológicas, facilitando enormemente a propagação de doenças;

– deterioração das democracias liberais que, em uma “sociedade do espetáculo”, à la Guy Debord, apresentam aos eleitores formais, os indivíduos, políticos como se fossem produtos e esses políticos, de fato, veem seus financiadores de campanha como os reais eleitores, em geral, grandes corporações e seus representantes.

Os dois primeiros tipos de crise têm relação direta com a atual pandemia, e o terceiro manifesta-se em países cujos governos, ainda que eleitos democraticamente, agem de forma contrária aos interesses reais de seus povos, movidos, em geral, pela necessidade de ter apoio nos setores menos informados da população.

Simultaneamente a essas crises agudas, está em curso uma crise sistêmica, que Wallerstein imagina agudizar-se, ou talvez até concluir-se, até 2050. Problema: todas as transições anteriores foram encerradas mediante guerras, o que não pode acontecer agora.

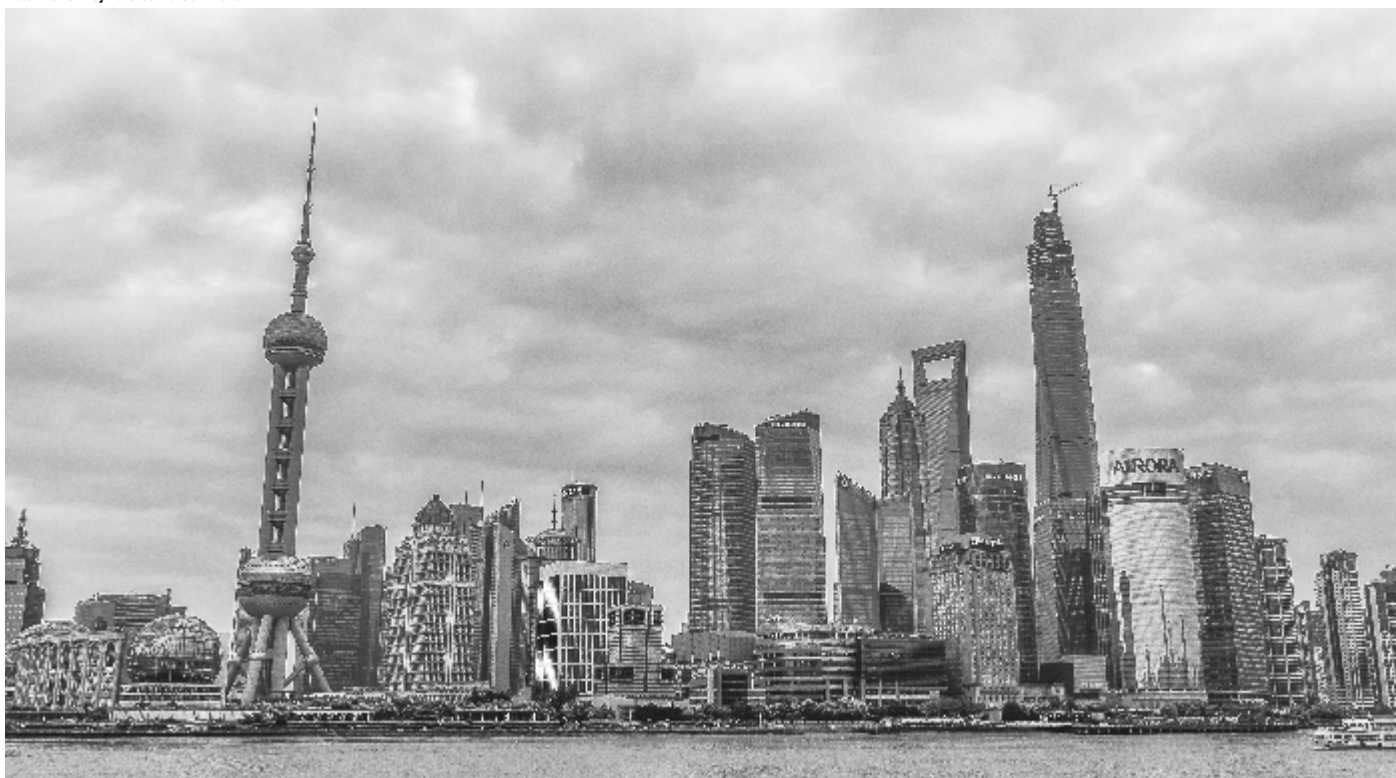
Como fica o Brasil?

De modo otimista, há décadas os brasileiros veem seu país como um território “fadado a dar certo” e, no início do século 21, considerações geopolíticas levaram a diplomacia brasileira a buscar posição de destaque no mundo. Basta ver a sucessão de projetos de influência na geopolítica global que nos tiveram como protagonistas. Começando pelo Mercosul, em 1991, por pouco antecedido pelo Pacto Amazônico, em poucos anos estávamos articulando a Unasul, o bloco Brics, o bloco Ibas e definindo parcerias estratégicas com atores relevantes, como a China. Paralelamente, estávamos bloqueando um projeto de subordinação da América Latina aos EUA, a Alca, cujas negociações foram encerradas, sem sucesso, em 2005, com apoio decidido da Argentina.

Um país do porte do Brasil é sempre citado como portador de vasto potencial, nunca concretizado, dando razão ao verso “deitado eternamente em berço esplêndido”. Evidentemente, tem, há décadas, uma massa crítica, uma comunidade epistêmica, capaz de discutir e formular teoricamente uma Geopolítica. Nomes como Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva, Meira Mattos, Therezinha de Castro, além dos citados anteriormente e vários outros contemporâneos.

Precisa-se, primeiramente, definir os interesses do país como um todo e, em geral, considera-se haver uma “classe política”, eleita para expressar tais interesses. Se não forem consideradas as diferentes visões das classes sociais e, principalmente, se se acreditar que o sistema da democracia liberal funciona sem influência direta dos detentores dos meios de comunicação (de fato, dos meios de produção),





haverá a suposição — naturalizada — de os projetos das elites de renda serem os do conjunto da população. Ou seja, também há um pensamento hegemônico, de base ideológica por trás.

Conforme a metodologia de paradigmas da inserção internacional brasileira, de Cervo (2008), fica fácil perceber que, a cada um deles, as elites dirigentes brasileiras viam o mundo como um campo do qual poderíamos extrair recursos que nos eram escassos. O primeiro deles, o liberal-conservador, durou mais, cobrindo o Império e a República Velha, baseado em uma economia agrário-exportadora, com população majoritariamente rural e analfabeta. O segundo, iniciado com a Revolução de 1930, vai, aos poucos, implantando a ideia de desenvolvimento a partir da industrialização, gerando toda uma ideologia adequada a um país que se urbanizava rapidamente, o Desenvolvimentismo. Ao primeiro, interessavam relações preferenciais com o Império Britânico. À medida que este declinava e Alemanha (maior parceiro comercial do país ao final dos anos 1930) e EUA ascendiam, um pragmatismo elaborado pelo Barão do Rio Branco, na chancelaria, estabeleceu relações mais próximas aos EUA. Entre as muitas denominações dadas a estes esforços de inserção, o Americanismo, associado às relações com Washington, prioritariamente às com o continente no qual nos localizamos, teve momentos pragmáticos e momentos "ideológicos". Nestes últimos, como sob Dutra e Castello Branco, o alinhamento aos EUA, na Guerra Fria, foi marcante. Nos anos 1990, por pressão do Norte Global, pós-Consenso de Washington, o paradigma neoliberal domi-

na, levando a política externa brasileira a, de novo, acreditar no projeto geopolítico estadunidense, que supôs, por algum tempo, haver uma unipolaridade.

Tal razão não durou, pois, em muito pouco tempo, um novo ator emergiu no sistema internacional, com um outro sistema econômico. Para uns, um "socialismo de mercado", para outros, um "capitalismo de Estado". Lembrando a citação dos três tipos de capitalismo em concorrência, outros denominam o modelo chinês como um quarto tipo: capitalismo confuciano, manchesteriano, ou dickensiano (duas denominações derivadas das condições duras a que o país submeteu seus trabalhadores, pós-Mao); finalmente, vimos no Brasil, no início do século 21 e até 2016, um novo paradigma, o do Estado Logístico. Ou seja, sem condições para maior intervenção, depois das reformas neoliberais dos anos 1990, que "encolheram" o Estado e ligaram a economia brasileira de modo mais subalterno aos grandes centros do mundo, promovendo rápida desindustrialização, setores nacionalistas-progressistas buscaram não apenas recuperar um projeto mais autônomo, capaz de barganhar com o Norte Global, ampliar o mercado interno e transformar o país em um *real global player*. Passamos a discutir, com amplo debate nacional, com prós e contras, uma pauta abrangente, que muitos não associavam aos grandes temas da Geopolítica, mas eram: integração sul-americana; ampliação do mercado interno; políticas de inclusão social; reindustrialização; petróleo, em especial o Pré-Sal; fronteiras; infraestrutura; Cooperação Sul-Sul; "agronegócio", campeãs nacionais. Para tanto, recorreu-se a recursos

à disposição do Estado, para a projeção de poder do país externamente, em especial o BNDES, transformado em maior banco de fomento do mundo:

[...] no ano fiscal 2009-2010, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aprovou empréstimos em 48 países, num total de 15,5 bilhões de dólares, menos da metade de que o BNDES. Os ativos do banco brasileiro só podem ser comparados com seus pares chineses e estão bastante acima do banco de desenvolvimento alemão, um dos mais poderosos do mundo. Somente o BNDES é responsável por 70% dos financiamentos de longo prazo no Brasil e é possível sentir sua influência em todos os setores do país (ZIBECHI, 2012, p. 158)

Como reconheceu Márcio Pochman, então presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea (2007-2012), em entrevista à Unisinos⁴, procurava-se inspiração no projeto chinês de formação de “campeãs nacionais” (decidiram ter 150 das 500 maiores empresas mundiais, “com capacidade de intervir em quase todo o mundo”).

Do mesmo modo, também se mobilizaram recursos dos fundos de pensão de empresas controladas pelo Estado. As motivações geopolíticas estavam subentendidas e se buscava levar a sério o disposto na Constituição de 1988, em seu Artigo 4, em especial seu parágrafo único:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Como registrado anteriormente, no rol das preocupações brasileiras em geopolítica tem destaque a questão do petróleo, notadamente após a descoberta dos vastos campos do Pré-Sal, em 2006. A Petrobras foi um dos instrumentos para o projeto geopolítico brasileiro, apresentando um plano de investimentos para 2010-2014 da ordem de US\$ 224 bilhões, equivalente à metade do PIB da segunda maior economia da América do Sul, a Argentina (ZIBECHI, 2008).

Sendo o Brasil o país considerado “emergente”, com a melhor estrutura, até por deter o segundo maior centro de pesquisas do mundo (o Cenpes, da Petrobras, na Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, atrás apenas de Houston, EUA) e empresa mais avançada em prospecção do petróleo em águas profundas, sua posição, em termos de poder na geopolítica global, aumentou consideravelmente. Dois anos depois da descoberta, os EUA reativaram sua IV Frota, para atuar no Caribe, Atlântico Sul e Pacífico Sul, desmobilizada em 1947. Tal atitude, sem informação prévia aos latino-americanos, foi questionada pelos governos argentino, brasileiro, cubano e venezuelano. A Estratégia Nacional de Defesa afirma (ponto 2.3.10) que:

A América do Sul, o Atlântico Sul, a Antártica e a África Ocidental detêm significativas reservas de recursos naturais em um mundo já cioso da escassez desses ativos. Tal cenário poderá intensificar a ocorrência de conflitos nos quais prevaleça o uso da força, ou o seu respaldo para a imposição de sanções políticas e econômicas, com eventual militarização do Atlântico Sul.

Assim, projetos de caráter geopolítico brasileiros foram atingidos por uma “guerra” de novo formato, iniciada antes da pandemia, pelos motivos de que tratamos até aqui (SOUZA, 2020 e FERNANDES, 2020). A pandemia passará. Ela continuará.

No momento em que este texto é escrito, o país passa por um dos momentos mais críticos de sua história, com um governo considerado o mais despreparado, em todos os sentidos, para lidar com a complexidade do sistema internacional e do próprio país. Os projetos de inserção no ambiente geopolítico do século 21 foram sendo desmontados desde o ataque ao projeto neodesenvolvimentista (a crítica à esquerda o considerou “social-liberal”), com a retirada de Dilma Rousseff, em 2016. Desde 2019, instala-se uma linha de pensamento contrária aos esforços empreendidos por décadas: um alinhamento à Geopolítica do Norte Global nunca visto. Não um alinhamento ao *hegemon* estadunidense, o que já não seria o mais útil ao país, já que o maior parceiro comercial é a China e o maior comprador de manufaturados é a Argentina e, sim, um alinhamento ao então presidente dos EUA, o empresário Donald Trump. Com sua derrota eleitoral, o Brasil, já considerado pouco relevante globalmente, definiu-se ainda mais como um pária⁵.

Não se pode saber quando a pandemia será só um registro histórico, mas todo o mundo se preocupa com a mitigação das perdas, sabendo que vidas humanas são insubstituíveis. John Casti, matemático fundador do *think tank* X-Center, especializado em análise das probabilidades de eventos catastróficos, deteve-se na questão das pandemias, observando que “um surto de uma doença potencialmente letal, disseminada por todo o mundo, pode se dar a qualquer momento” (CASTI, 2012, p. 229). Independentemente de sua origem ser natural, ou não, como adeptos de teorias conspiratórias postulam agora, precisam ser combatidas e quanto maior for a cooperação internacional, melhor.

O israelense Yuval Noah Harari registrou, oportunamente:

O que temos visto ao redor do mundo não é um desastre natural inevitável. É um fracasso humano. Governos irresponsáveis negligenciaram seus sistemas de saúde, não reagiram a tempo e, no momento, incapazes de cooperar de forma efetiva em um nível global. Temos o poder de parar tudo isso, mas até o momento, nos falta a sabedoria necessária (HARARI, 2020, p. 75)

Lamentavelmente, se o poder político em nosso país não se mostrou eficiente no combate à doença, vemos, também, que não apresenta nenhum projeto que permita pensar em um futuro em que os grandes temas da geopolítica pós-pandemia sejam bem enfrentados. Com efeito, a questão das crises do século 21 foi agravada com o novo coronavírus, mas sua essência não mudou.

Considerações finais

O presente artigo procurou mostrar que o entendimento de Geopolítica é essencial ao sucesso de projetos que visem à melhor inserção possível de um país internacionalmente. Sabendo administrar bem seus recursos, os quais podem ser abundantes, como é o caso do Brasil, ou escassos (outros Estados se afirmarem no sistema, como Japão e Alemanha, deficientes em recursos naturais estratégicos, e capazes de galgar posições notáveis, mediante práticas de proteção a suas economias nacionais e forte investimento em educação), será possível sucesso.

As grandes linhas dos pensamentos em Geopolítica têm validade permanente, desde que se considerem sempre os interesses de cada povo, sem a aceitação de transposições mecânicas feitas por imposição, através dos mais diversos recursos, de conceitos formulados pelo e para o Norte Global. Um maior conhecimento de pensamentos de autores brasileiros, latino-americanos, africanos e asiáticos é fundamental. Para citar apenas alguns dos autores de países vizinhos que se dedicam a pensar a Geopolítica em termos que nos interessam, lembro trabalhos recentes dos chilenos Eduardo Devés-Valdés e Fernando Saavedra Estenssoro, além do argentino Marcelo Gullo Omodeo e a troca incessante de ideias através da chilena Red del Conocimiento e da brasileira Iniciativa Latino-Americana de Direito, Sociedade e Cultura (Iladisc), entidades de associação voluntária, que pretendem agregar todos que se disponham a nos aproximar da discussão das melhores respostas a um mundo pós-pandemia.

Encerrando com a abertura da Introdução do livro de Souza (2020): “Nenhuma relação econômica de dominação se constitui sem a elaboração de uma trama simbólica de ideias e valores que a legitimam e justificam”.

Nota

1. Doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenador do curso de graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Estudos Estratégicos, da Universidade Federal Fluminense.
2. Ainda em 1951, Josué de Castro publicou *Geopolítica da Fome*, vencedor do Prêmio Franklin D. Roosevelt da Academia Americana de Ciências Políticas e Ciência Política e do Prêmio Internacional da Paz, do Conselho Mundial da Paz, em 1954.
3. RUFIN, Jean-Christophe. *O Império e os Novos Bárbaros*.
4. “Estado brasileiro é ativo e criativo”, entrevista dada à Patrícia Fachin, na Revista IHU, nº 322, 22 de março de 2010, p. 16.
5. Expressão usada pelo primeiro chanceler de Bolsonaro, Ernesto Araújo, que chegou a se vangloriar desta adjetivação (<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/10/4884035-se-falar-em-liberdade-nos-faz-paria-internacional-que-sejamos-esse-paria-diz-ernesto-araujo.html>).

Referências

- CARMONA, Ronaldo Gomes. Poder Nacional e Grande Estratégia: Uma análise geopolítica dos conceitos fundamentais do projeto brasileiro de grande potência. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, da Universidade de São Paulo, em 2017
- CASTI, John. O Colapso de Tudo. Os Efeitos Extremos que podem destruir a Civilização a qualquer Momento. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.
- CECENA, Ana Esther. Estados Unidos: Reposicionamento hegemônico para o século XXI. In DOS SANTOS, Theotônio (coord.). Globalização: Dimensões e Alternativas. Hegemonia e Contra-Hegemonia, vol. 2. Rio de Janeiro: PUC-RJ, São Paulo: Loyola, 2004, pp. 110-141
- CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional. Formação dos Conceitos Brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008
- DA COSTA, Wanderley Messias. Geografia Política e Geopolítica., 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2020
- FERNANDES, Fernando Augusto. Geopolítica da Intervenção. A Verdadeira História da Lava Jato. São Paulo: Geração Editorial, 2020
- FRANK, Andre Gunder. Tigre de Papel, Dragão de Fogo. In DOS SANTOS, Theotônio (coord.) Os Impasses da Globalização. Hegemonia e Contra-Hegemonia, vol. 1. Rio de Janeiro: PUC-RJ, São Paulo: Loyola, 2003, pp. 24-45
- HARARI, Yuval Noah. Notas sobre a Pandemia e Breves Lições para o Mundo Pós-Coronavírus. São Paulo: Companhia das Letras, 2020
- McCONAHAY, Mary Jo. América Latina sob Fogo Cruzado. A Luta pelo Controle das Riquezas e Recursos dos Países Latino-Americanos durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Editora Pensamento Cultrix, 2021
- MYIAMOTO, Shigenoli. Geopolítica, Ciência Política e Relações Internacionais. Acta Geográfica. Ed. Esp. Geografia Política e Geopolítica. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2014, pp.11-32
- SASSEN, Saskia. Expulsões. Brutalidade e Complexidade na Economia Global. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016
- SOUZA, Jessé. A Guerra contra o Brasil. Como os EUA se uniram a uma Organização Criminoso para destruir o Sonho Brasileiro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020
- TEIXEIRA, Aloisio. Estudos Unidos: a “curta marcha” para a hegemonia. In FIORI, José Luis. Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petrópolis: Vozes, 2000, pp.155-190
- WALLERSTEIN, Immanuel. Após o Liberalismo. Em Busca da Reconstrução do Mundo. Petrópolis: Vozes, 2002
- _____. O Fim do Mundo como o concebemos. Ciência Social para o Século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002
- _____. Geopolítica, Política de Classe e a Atual Desordem Mundial. In In Os Impasses da Globalização. Hegemonia e Contra-Hegemonia, vol. 1. DOS SANTOS, Theotônio (coord.). Rio de Janeiro: PUC-RJ, São Paulo: Loyola, 2003, pp. 11-23
- WELZER, Harald. Guerras Climáticas. Porque mataremos e seremos mortos no século 21. São Paulo: Geração Editorial, 2010



Foto: Caroline Souza / Universidade Feevale

Universidades comunitárias: há um diferencial em tempos de crise?

As universidades comunitárias regionais – das quais se ocupa este texto – enfrentam atualmente seu desafio mais rigoroso. Uma combinação de fatores relacionados à política de educação e à competição mercantil que caracteriza a educação superior brasileira tem levado à redução expressiva do número de estudantes e ao risco de colapso. As instituições vêm reagindo com demissões, reestruturações administrativas e reformulações pedagógicas.

Diferentes vozes coincidem no diagnóstico de que há uma “ameaça mercantil” pairando sobre as comunitárias (SOUZA, 2018) e alertam que certas instituições renderam-se ao mercado de maneira moderada, outras “de forma mais agressiva, colocando fim ao caráter comunitário, com a precarização do trabalho docente, aumento abusivo do número

O segmento enfrenta uma crise sem precedentes, decorrente das políticas educacionais, do acirramento da competição e da pandemia da covid-19

de alunos por sala, inserção na educação a distância sem qualidade, fim do plano de carreira, padronização do ensino” (SANTOS; VENERA, 2020, p. 1). Gestores justificam que as medidas se impõem face às políticas públicas vigentes, à concorrência baseada em preço sem qualidade e que a responsabilidade institucional desautoriza ações sem sustentabilidade (ACAFE, 2020).

Há ainda algum diferencial das universidades comunitárias em relação às privadas em tempos de crise? Complexo, esse tema é abordado aqui de forma exploratória, mediante uma

João Pedro Schmidt
Professor da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), docente do Programa de Pós-Graduação em Direito, doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).

artigo

Universidades comunitárias:
há um diferencial em tempos de crise?

breve rememoração do surgimento e a consolidação do modelo comunitário de universidade e da sua atual grave crise, sendo indicados, ao final, três possíveis caminhos.

O diferencial das universidades comunitárias – um processo histórico

As universidades regionais gaúchas e catarinenses ergueram-se nas últimas décadas do século 20 no solo fecundo do associativismo dos imigrantes alemães, italianos e de outras nacionalidades europeias, aqui chegados no século anterior. O trabalho comunitário edificou igrejas, escolas, clubes recreati-

multifacetárias do ponto de vista político-econômico. Não constituíam algo como um bloco de forças progressistas ou iluministas. As lideranças refletiam a cultura política e moral das suas comunidades. E a cultura política dos estados sulistas nunca foi solidamente progressista, nem solidamente democrática, caracterizando-se como híbrida (BAQUERO; BERNARDI, MORAIS, 2019). Ao mesmo tempo em que apoiava a criação e o crescimento das faculdades/universidades locais, parte expressiva dessas lideranças apoiava a ditadura militar de 1964, endossava pautas conservadoras e alinhava-se ao discurso do mercado como melhor solução para os problemas coletivos.

Foto: Ascom / Sinpro/RS



Demissões de
professores e técnicos
administrativos
colocam em xeque
o diferencial dessas
instituições frente
às empresas
educacionais.

vos, corais, cooperativas e variados tipos de associações, constituindo um significativo estoque de capital social (normas e conexões sociais que favorecem a solução coletiva de problemas) (VOGT, 2009). Não são fenômenos isolados, nem foram erguidas pelo talento individual de lideranças letradas. As universidades foram impulsionadas por forças regionais em vista da sinalização do governo federal de que a demanda por educação superior não seria atendida via universidade pública.

Ao evocar o capital social, há que evitar mistificações. As lideranças e forças que estiveram à frente desse processo eram

Como explicar, então, a consolidação do modelo comunitário de universidade, mais democrático-participativo no seu conjunto do que o modelo estatal? Entre os vários fatores, há o papel das lideranças progressistas internas às instituições e os ventos democráticos dos anos 1980. Esses ventos (nacionais) impulsionaram movimentos de estudantes e professores nas universidades, com apoio nas comunidades. Nos anos 1980, um contingente expressivo de professores recém-formados nas universidades das regiões metropolitanas foi admitido nas instituições regionais do interior, fortalecendo as vozes demo-

cráticas locais, reverberando nas salas de aula o clamor popular por eleições e participação.

Nas universidades regionais gaúchas e catarinenses, a gestão seguiu estilos variados, estando em uma ponta estilos amplamente participativos e na outra, estilos relativamente centralizados. Mas, em relação aos ambientes regionais, a gestão aberta e participativa das universidades constituiu uma inovação, diferente das organizações privadas, mostrando ser possível combinar eficácia, eficiência e democracia. Todavia, o êxito do modelo comunitário na educação superior não foi suficiente para superar a cultura baseada na divisão público/privado; autoridades, acadêmicos e cidadãos comuns continuam a denominar as comunitárias com o adjetivo privado (SCHMIDT, 2018).

A dimensão democrático-participativa das universidades comunitárias sempre foi tensionada pelo árduo esforço de manter o equilíbrio econômico-financeiro, um limitador importante das expectativas da comunidade acadêmica e da comunidade do entorno. No período da expansão e de quase monopólio regional da educação superior por parte das universidades regionais (até o final dos anos 1990), tempos de aumento do número de estudantes, as tensões trabalhistas foram amenizadas por conta da melhoria das condições salariais e laborais. A política de liberalização da educação superior, iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso e mantida pelos governos seguintes, mudou esse quadro. A partir dos anos 2000, o ingresso de instituições “de fora”, especialmente na modalidade EaD, inaugurou a competição e afetou profundamente o equilíbrio econômico-financeiro da maioria das universidades regionais.

A crise das instituições foi superada na maior parte dos casos com o Novo FIES, criado em 2007, com condições extremamente atraentes, viabilizando o ingresso de milhares de jovens de baixa renda nas universidades. Outro programa, o PROUNI, diferentemente do que muitos pensam, não proporcionou benefício financeiro às instituições, mas foi extremamente benéfico do ponto de vista da legitimidade pública. O discurso comunitário foi fortalecido com a presença de pobres, negros e índios nas universidades comunitárias.

A crise reapareceu com a decadência do FIES a partir de 2015 e sua completa desidratação nos governos Temer e Bolsonaro. Quadro agravado pela estagnação econômica do país e mais ainda pela pandemia da covid-19. Com um expressivo trancamento

de matrículas e aumento da inadimplência dos estudantes, houve demissões massivas e acirramento das tensões trabalhistas. Para muitos, as universidades comunitárias reagiram à crise do mesmo modo que as instituições empresariais.

O diferencial das universidades comunitárias em xeque

Tendo em vista que, com a liberalização da educação superior vigente nas últimas décadas, as comunitárias precisam disputar espaço no mercado com instituições empresariais, a fórmula “menos estudantes = menos professores e técnicos” é em boa parte imperativa. Há certa margem para acordos internos, incluindo ações voluntárias de doar parte do salário e abrir mão de certos benefícios em prol da redução do volume de demissões (algo que ocorreu em várias instituições ao longo do tempo), mas seu alcance é limitado.

Entre as iniciativas sem polêmicas, está a adoção de formas de financiamento estudantil no lugar do FIES, prática comum às comunitárias e privadas, incluindo programas internos, programas de cooperativas de crédito (Sicredi) e de instituições bancárias. Ainda, medidas de contenção de custos, de suspensão/adiamento de novos investimentos e de identificação de novas fontes de receitas, práticas de ambos os segmentos em tempos de crise.

Entre as medidas polêmicas, estão as reformulações pedagógicas e a ampliação da modalidade EaD, reforçada na pandemia. As divergências não dizem respeito às tecnologias de EaD, cujos benefícios são amplamente reconhecidos, e sim à redução do número de professores, ao papel dos tutores, à sobrecarga de trabalho, à precarização (SINPRO, 2021).

Um fator por vezes pouco notado, subjacente às reformulações pedagógicas e ao uso crescente de EaD, diz respeito à contratação pelas universidades comunitárias de consultorias especializadas em gestão da educação superior. As consultorias existentes no país são tipicamente “de mercado”, suas premissas quanto à gestão universitária são orientadas pelo liberalismo econômico, mesmo quando o discurso dos consultores é tingido por um verniz “comunitário”. Não há consultorias especializadas em universidades comunitárias que pensem a gestão segundo premissas “comunitárias”, e essa é uma lacuna importante para a construção de caminhos não convencionais.

Isso tudo considerado, nos aspectos fundamentais as universidades comunitárias permanecem com suas características essenciais. A principal delas é seu vínculo comunitário-regional.

Sua dinâmica interna continua a responder a esse vínculo. Uma das evidências recentes é o envolvimento ativo das universidades com os comitês regionais de combate à covid-19. São merítórias iniciativas como a participação em levantamentos epidemiológicos; educação em saúde; serviços de testes, diagnóstico e monitoramento da incidência da covid-19; capacitação técnica às equipes de saúde dos municípios; serviços de telemedicina e de atendimento psicológico; produção de álcool em gel, protetores faciais, respiradores e ventiladores mecânicos para os hospitais regionais referência em atendimento a pacientes com covid-19; levantamentos sobre impacto regional da pandemia, entre outras ações.

Outra característica mantida são as eleições, a transparência administrativa e a participação da comunidade acadêmica nas decisões, de acordo com os diferentes níveis de democratização construídos historicamente. As tensões advindas da redução do número de estudantes vêm sendo enfrentadas dentro dos regramentos estatutários e regimentais das instituições, sem recurso a medidas autoritárias de exceção. Respeitar os regramentos em tempos de crise é um teste exigente, haja vista o que vem se sucedendo na cena política do país.

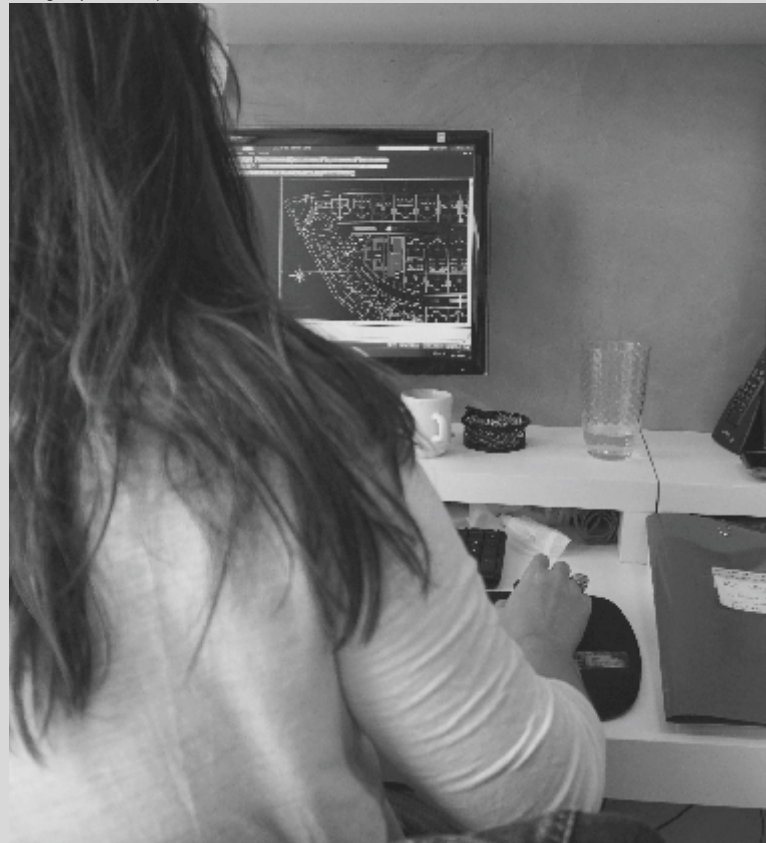
Entre as preocupações relevantes levantadas sobre o diferencial das comunitárias, está o desligamento brusco e com critérios pouco claros nas volumosas demissões de professores e técnicos administrativos. Nas instituições democrático-participativas, historicamente, há uma comunicação respeitosa aos demitidos por parte dos gestores. Não sendo possível assegurar estabilidade no emprego em tempos de crise, é possível e necessário que se mantenha o tratamento respeitoso no delicado momento da demissão, o que não foi o caso, segundo inúmeros relatos.

Três caminhos para manter o diferencial das comunitárias

São identificáveis três caminhos para que as comunitárias consigam manter o seu protagonismo regional e reforçar seu diferencial frente às instituições privadas.

O primeiro é a retomada do FIES com características similares àquelas do período 2007-2014, quando suas condições eram extremamente atraentes às famílias dos estudantes. Essa medida, por si só, viabilizará milhares de matrículas em cursos de graduação. Na pós-graduação, na pesquisa e na

Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS



extensão, é necessário reverter os cortes de bolsas e incentivos criados nos governos anteriores.

O segundo caminho é uma efetiva atuação em bloco das universidades comunitárias, em nível estadual, interestadual ou mesmo nacional. A discussão já vem de décadas e levou a algumas ações concretas, como as compras conjuntas e a realização de vestibular unificado (em Santa Catarina). Mas a atuação em bloco é limitada, seja por questões legal-burocráticas (LAUTERT; GONÇALVES, 2019), seja, principalmente, pela cultura organizacional localista das universidades, expressa na lógica administrativa. Cada comunidade acadêmica se sente vinculada a uma comunidade regional; os laços com outras regiões são geralmente tênues.

A atuação em bloco poderia concretizar um programa de financiamento estudantil comunitário (estadual, interestadual ou nacional), mantido pelo conjunto das universidades. Outra

Caminhos possíveis são retomada do FIES, atuação em bloco e eleição de forças políticas comprometidas com o modelo comunitário de educação.

possibilidade é a oferta massiva de cursos interinstitucionais de graduação, pós-graduação e extensão, que conta com algumas poucas experiências realizadas. O nível máximo da atuação em bloco seria o da fusão das universidades comunitárias em uma grande instituição estadual. Tal ideia foi discutida intensamente, sob outro formato, nas décadas de 1980 e 1990, quando as principais universidades regionais gaúchas se propuseram a repassar seu patrimônio para a criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, proposta que não avançou por insuficiência de recursos públicos. Essa proposta arrojada deveria partir de um acordo interno prévio: a fusão seria feita não para enxugar custos (de recursos humanos, empregos), mas para obter vantagens decorrentes da economia de escala (nas negociações com governos, empresas e bancos, nas compras) e da reputação que uma portentosa instituição comunitária teria na sociedade.

O terceiro caminho é a eleição de forças políticas comprometidas com o modelo comunitário de educação. A conquista do marco legal das instituições comunitárias de educação superior (ICES) (Leis 12.881/2013 e 13.868/2019) viabiliza o repasse de recursos públicos às comunitárias e diversos outros benefícios. Porém, essa lei só está no papel com os governos de índole neoliberal e neofascista que se seguiram ao Golpe de 2016. Tirar a lei do papel será possível somente com a eleição de um governo sensível à causa comunitária. Não se trata de questão simples, visto que no bloco de centro-esquerda continuam fortes as vozes que defendem a atuação puramente estatal na educação superior. O convencimento político sobre o papel meritório das comunitárias entre a esquerda brasileira é uma tarefa relevante ainda a ser cumprida.

Esses caminhos são complementares. Cada qual apresenta notáveis dificuldades, mas é no momento das crises agudas que, muitas vezes, as novas rotas se afirmam.

Referências

- ACAFE. Educação: nota universidades comunitárias. Disponível em: <https://www.unc.br/index/noticias/MTUzNzg=>. Acesso em 10/07/2021.
- BAQUERO, Marcello; BERNARDI, Ana; MORAIS, Jennifer. Padrões emergentes de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. E-legis, Brasília, n. 28, p. 42-63, jan./abr. 2019.
- LAUTERT, Julia; GONÇALVES, Roberto. A internacionalização dos processos de compras em IES comunitárias. Revista GUAL, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 94-117, maio-agosto 2019.
- SANTOS, Adércia; VENERA, José. Neoliberalismo e universidade: a farsa ilustrada do mercado. Carta Capital, 24/08/2020.
- SCHMIDT, João P. Universidades comunitárias e terceiro setor: fundamentos comunitaristas da cooperação em políticas públicas. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2018.
- SINPRO-RS. Professores da educação superior trabalham em dobro e ganham menos na pandemia. ExtraClasse, 11/05/2021.
- SOUZA, Tásia. A ameaça mercantil às universidades comunitárias. Sinpro Itajaí, 14/05/2018. Disponível em: <http://sinproitajai.org.br/a-ameaca-mercantil-as-universidades-comunitarias/>. Acesso em 09/07/2021.
- VOGT, Olgário. Capital social e instituições comunitárias no Sul do Brasil. In: SCHMIDT, João P. (org.). Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 56-73.

Roselane Zordan Costella
Professora associada da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs),
na Área de Geografia (NEEGEO),
do Departamento de Ensino e
Currículo (DEC), da Faculdade de
Educação (Faced).¹

**As dez competências da
BNCC que envolvem toda a
Educação Básica não
trazem em suas raízes os
objetos do conhecimento,
justamente porque
pretendem uma
aprendizagem/educação e
não puramente um ensino**

A mudança é necessária – A forma pode ser contraditória

Há tempos já sabíamos, e, para isso, não são necessárias pesquisas aprofundadas, que a Educação Básica do Brasil não vem fazendo seu “tema de casa”. Mesmo com realidades distintas, tanto a Rede Pública quanto a Rede Privada de ensino estão descompassadas em relação às necessidades que o Brasil tem para construir seres humanos capazes intelectualmente e munidos de princípios que os levem a lutar por uma vida mais digna para diferentes parcelas da sociedade.

Ao analisarmos as concepções políticas, não partidárias, das escolas, percebemos a falta de conexão entre os objetos do conhecimento e as reflexões que estes devem propor para que projetos de vida estejam voltados cada vez mais para a transformação da sociedade. Nossos governantes – estou falando na situação brasileira, no inverno de 2021 –, com atitudes descabidas e inconsequentes, na contramão da ciência, comandam parte do pensamento das pessoas. Os comandantes e comandados passaram por escolas, foram submetidos a filosofias curriculares, entenderam, mesmo que provisoriamente, conceitos da Química, da História ou da Arte. O que fizeram com tudo isso? Foram realmente educados para o mal? Quem foram os/as professores/as de Ciências da Natureza, Humanas, Matemática, Linguagens de pessoas tão ignorantes na concepção ambiental, econômica, social, que discutem e propagam raciocínios comunicativos pautados em inverdades? A reflexão urgente recai sobre como os agentes da Educação Escolar trataram as relações conteúdo – forma – filosofia, para liberarem egressos capazes de transformar o país em um campo de guerra ideológica nefasta, com consequências genocidas.

Não tenho a intenção de demonizar professores/as, muito pelo contrário, a minha intenção é de preservá-los e representá-los em momentos de fala. O/A professor/a, conforme Nóvoa (1995; 2014), Tarfif

(2009; 2013; 2014), Fontana (2010), entre outros, constitui-se de vida, de escolas e de universidades. Se formam e se autoformam, se configuram diante de itinerários de vida nem sempre validados por uma relação mais ampla com a cultura, a ciência e uma boa formação professoral nas universidades. Faço emergir esta reflexão para que tenhamos maior cuidado na formação inicial e continuada de professores/as que foram alimentados por conteúdos e transposições didáticas remanescentes de modelos predeterminados/concebidos.

Consciência

Neste sentido, consideramos a necessidade de mudanças. Mudar o rumo com certa velocidade, porém com uma consciência substanciada e comprometida com a sociedade a ser reconstruída. As mudanças há longo tempo anunciadas eram e são necessárias. Desta forma, fomos aos poucos sendo envolvidos por pequenos fragmentos que compuseram o tecido como um todo. Tivemos a Educação Infantil pautada nos Campos de Experiência, uma teoria pertencente à tessitura do olhar cuidadoso e intencional do/a professor/a, na concepção de um ambiente construído para a experiência. Outro momento de mudanças aconteceu no Ensino Fundamental, que passou a ser composto por nove anos, o que, de forma equivocada, provocou “puxadinhos” nas esco-

las em relação aos conteúdos. O que era trabalhado em um determinado ano passa a ser trabalhado em outro ano, sem refletir o poder da temporalidade ligado aos direitos de aprendizagem. Esses elementos, acrescidos às várias versões aparentes ou ocultas da BNCC do Ensino Fundamental, alertavam para uma mudança substancial do Ensino Médio.

Mesmo sem discutirmos aqui sobre os bastidores da construção da BNCC, temos a nítida consciência de que há intencionalidades, nem sempre perceptíveis, de produzir um documento que esteja a serviço de alguém/alguns. Contudo, em contradição a possíveis intenções paralelas, a BNCC foi construída por professores e pesquisadores, principalmente das universidades, que valem a pena serem lidos e são nacionalmente respeitados. Ficaram eles diante de dilemas acrescidos por responsabilidades que indicariam por muitos longos anos o perfil de um egresso da Educação Básica do país. Imagino que um dos grandes desafios esteja pautado em construir um documento que contenha o básico, sem esquecer-se de nada. Quase que uma dialética, um propósito impossível de ser levado em consideração.

Vamos discutir, no decorrer desta análise, alguns elementos por mim escolhidos que nos levarão a uma compreensão mais didática (assim espero) das contradições e possibilidades de ação sobre uma arquitetura curricular, a qual se inicia

Foto: **Fernando Frazão** / Agência Brasil





com as ideias da BNCC para o Ensino Médio. No primeiro momento, a necessidade de conhecê-la, com a discussão de sua estrutura; na sequência, a contradição existente entre ser o básico, sem dar possibilidade para criar o específico; e, por fim, a relação entre a BNCC e a nova concepção do Ensino Médio.

Como se estrutura a BNCC do Ensino Médio

Para compreendermos a estrutura arquitetônica da base, precisamos entender o significado, pelo menos interpretado sob o ponto de vista interacionista, de termos como competência, habilidade e objeto do conhecimento, que aparecem de forma visível ou nas entrelinhas do documento.

A competência não significa a aplicabilidade direta de um conhecimento nas ações práticas dos/as estudantes. O sentido da competência está pautado no/a estudante aprender a aprender. Não estamos falando na competência de competir, ou na competência voltada para a mecanização e produção alucinada do meio empresarial. Ao analisar as competências gerais da BNCC, concebe-se a ideia de

que, para atingi-las, são necessários outros envolvimento que não sejam somente os acadêmicos. Como um/a estudante aprende a aprender? Quando a escola oferece a oportunidade deste/a estudante partir de algo que ele/a já sabe para andar por caminhos da experimentação e compreender até onde ele/a pode ir, desenvolvendo estratégias próprias para a aprendizagem.

As dez competências da BNCC que envolvem toda a Educação Básica não trazem em suas raízes os objetos do conhecimento, justamente porque pretendem uma aprendizagem/educação e não puramente um ensino. Uma competência não se desenvolve na sua totalidade em uma aula, ou um trimestre e, muitas vezes, nem em um ano letivo por inteiro. A diferença entre trabalhar por competência ou não está no fato de o/a professor/a utilizar-se dos objetos do conhecimento para um determinado caminho reflexivo. Por exemplo, ao trabalhar com o sistema muscular na sala de aula, no Componente Curricular da Biologia, podem-se ter inúmeras intenções, depende de como este/a professor/a aprendeu, viveu e reproduziu ao longo de sua vida os conceitos de sua

área. Entretanto, se na competência estiver o desenvolvimento do respeito e da empatia, este objeto deverá ser desenvolvido levando em consideração esses valores. Como fazer? Poderá ser uma oportunidade de o/a estudante pensar no respeito que deve ter com as limitações dos idosos em relação aos desgastes ocorridos em seus músculos com o passar da vida ou de outras pessoas que não desenvolveram este sistema de forma natural.

Além das dez competências gerais, há as específicas por área do conhecimento. Assim, podemos refletir em uma hierarquia de pensamento e ação: as competências de cada área estão no meio do caminho entre as habilidades e as dez competências gerais. De outra forma: as competências de cada área podem ser vistas como grandes habilidades para o desenvolvimento das competências gerais. As habilidades de cada competência são entendidas como processos menores para atingir as competências de cada área. O leitor pode fazer este exercício: escolha uma das competências gerais, depois escolha uma das competências de sua área que mais se adequa para o desenvolvimento desta competência geral e, na sequência, observe quais habilidades poderão ser utilizadas para que o/a estudante possa desenvolver a competência específica escolhida da área.

As habilidades são os processos menores, muitas vezes cotidianos, que estão a serviço para o desenvolvimento das

competências. Estas podem trazer em sua raiz os objetos do conhecimento, ou podem ser mais amplas. Na BNCC, elas estão compostas por um verbo no infinitivo, o qual representa o processo de aprendizagem exigido; o objeto utilizado para este fim; e o contexto em que será desenvolvido. Geralmente, esse contexto está voltado para as intencionalidades maiores da competência.

Os objetos do conhecimento não são conteúdos. Vamos pensar didaticamente: lembre-se agora com certa nitidez o que você aprendeu nas aulas de Geografia no terceiro trimestre do seu sétimo ano, ou do primeiro trimestre da 1ª série do Ensino Médio. Mesmo após muito esforço, você não se lembrará de forma significativa, pois os conteúdos “amontoados” durante a Educação Básica são destinados ao esquecimento, ainda bem. Mas o que fica então? O que fica em nós é o que construímos de reflexão, compreensão e relações a partir deles. Assim, os conteúdos somente terão serventia se forem utilizados para que possamos entender o mundo pela reflexão, pois eles provêm do mundo, não são inventados, são respostas originadas de indagações do mundo e é para lá que eles devem voltar. Os objetos do conhecimento representam a interação, eles nos modificam e nós os modificamos ao vê-los e senti-los de outra forma do que meramente a sua reprodução.

A BNCC está dividida por área do conhecimento e, nas habilidades dessas áreas, podemos verificar os Componentes Curriculares. Não se deve deixar de trabalhar na parte Geral do Currículo do Ensino Médio nenhum desses componentes. Devemos respeitar os limites epistemológicos de cada um deles. O que devemos fazer é compreender as competências e habilidades como um caminho para contextualização e para a interdisciplinaridade.

Para trabalhar com a BNCC, cada escola deve observar quais objetos do conhecimento estão embutidos nas habilidades e construir, assim, as suas próprias arquiteturas curriculares. Nunca esquecendo que um currículo não é uma listagem de conteúdos e, sim, uma filosofia, uma forma de compreensão do mundo. O currículo é um caminho, uma corrida planejada, tendo consciência do ponto de chegada. No currículo, temos nossas pretensões mais identitárias; na BNCC, temos uma base, só uma base.

Na parte Geral do Currículo do Ensino Médio, não devemos deixar de trabalhar todos os componentes curriculares, bem como respeitar seus respectivos limites epistemológicos.

O que devemos fazer é compreender as competências e habilidades como um caminho para a contextualização e para a interdisciplinaridade.

Como ser básico, sem a oportunidade de criar o específico

A análise que será realizada neste fragmento do texto refere-se ao básico da BNCC ter praticamente tudo, sem dar muito espaço para territorializar, para se pensar nas especificidades que pode e deve aparecer na formação do/a estudante do Ensino Médio. Nesse momento, precisamos contar com a esperteza das gestões, coordenações e professores/as das escolas em transformar o que está posto a partir da realidade do lugar em que está localizada a comunidade escolar. Partir do/a estudante, o único ponto de partida possível para a aprendizagem.

Em segundo plano, perpassamos por outra análise. As escolas acabam escolhendo o que as universidades vão cobrar em suas provas classificatórias. Desse modo, o/a professor/a fica na berlinda – precisa aprovar estudantes para aumentar índices e necessita trabalhar em sala de aula de forma a desenvolver o encanto e os processos relacionais de sua ciência.

As universidades não conseguem, em sua maioria, aproximar o/a professor/a de práticas que inibam a dicotomia tempo-conteúdo-vida. Partir do/a estudante não requer mais tempo, requer conhecimento metodológico. O conteúdo está na vida, trazê-lo não impede a utilização de manuais didáticos nem de questões para a aprovação em provas externas. Tudo depende de como enxergamos o ensino e a aprendizagem.

A BNCC e o novo Ensino Médio – onde colocamos o quê?

Para a Rede Privada, a implementação do Novo Ensino Médio é uma tarefa quase que impossível, a começar pela redução do tempo para a aplicação da BNCC, que se refere à parte geral do currículo, com no máximo 1.800 horas (2.160 períodos de 50 minutos). A parte destinada aos Itinerários, os quais são divididos em aprofundamento das áreas do conhecimento, eletivas e Projeto de Vida, se tornou uma dinâmica de malabarismo para as escolas com poucas turmas por série, com uma carga horária de 3000 horas e com uma comunidade que não suporta aumento de mensalidades para propor eletivas ou aprofundamentos em áreas restritas a escolhas.

Esta discussão é bem mais ampla do que os limites de caracteres permitidos em um texto como este. No entanto, não precisa dispensar grandes reflexões para ver que a conta não fecha. Que se as escolas oferecerem a oportunidade de aprofundamento de áreas específicas, arriscam-se ao esvaziamento de algumas em detrimento de outras. Acompanhados deste esvaziamento vêm os/as professores/as, com suas cargas horárias definidas, os encargos, os regimentos, entre outros.

O que vejo nas escolas que acompanho é uma mudança para melhor, pois os grupos sentam e refletem sobre estudantes que projetam vidas. Nesta reflexão, surgem elementos e criações importantes, longe da opção por uma ou mais áreas, mas oportunidades de mudanças. Mudar não seria tão sofrido se fosse feito da forma assertiva. Primeiro, os/as professores/as que estão na linha de frente devem opinar, escrever e produzir. Depois, os sindicatos devem avaliar as fragilidades das relações patronais para garantir as mudanças e, na sequência, uma discussão coletiva sobre o que e por que mudar, construindo ideias, refletindo e entendendo processos. Somente depois viriam as construções curriculares autoexplicativas e carregadas de sentido. As escolas privadas estão Tateando, uma lástima que as mudanças tão necessárias não tenham chegado de forma mais madura e competente.



Foto: Becca Tapert / Unsplash

Para finalizar – deixo o início de muitas outras discussões

- Como aproveitar a BNCC para discutir práticas pedagógicas transformadoras, levando em consideração a capacidade acadêmica, comunicativa e socioemocional?
- Como construir um novo Ensino Médio que desenvolva nos/as estudantes o básico, para que os mesmos sejam médicos/as, professores/as, advogados/as ou trabalhadores/as que conheçam as geografias e histórias do mundo, os encantos da Física e da Filosofia, a ética em lidar com a comunicação e ação em sociedade....?
- Como pensar que os/as estudantes possam escolher o caminho a ser seguido, com experiências precoces, em que, muitas vezes, as escolhas se dão pelo/a professor/a que os/as encanta ou desencanta e não pelo conteúdo e forma dos objetos de aprendizagem?
- Como utilizar a BNCC para construir engenheiros, governantes, fisioterapeutas [...] mais éticos?

Queridos leitores, precisamos estudar mais, ler mais, vivenciar mais e copiar menos. Reforço o título deste artigo: a mudança é necessária – a forma pode ser contraditória.

Notas

1. Professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), na Área de Geografia (NEEGEO), do Departamento de Ensino e Currículo (DEC), da Faculdade de Educação (Faced). Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Ufrgs na linha de pesquisa em ensino. Licenciada, Mestre e Doutora em Geografia pela Ufrgs. Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Ufrgs – linha de pesquisa em ensino, estendido à Universidade de Valência – Espanha. Coordena os grupos de pesquisa: Itinerários – Autobiografias e Formação Docente. Coordena a pesquisa: Perfil do Profissional Docente que atua no Componente Curricular de Geografia nas Escolas Públicas de Educação Básica de Porto Alegre.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional Comum Curricular do Ensino Médio – BNCC. Brasília, 2017.
- NÓVOA, António. A formação tem que passar por aqui: as histórias de vida no projeto Prosalus. In: NÓVOA, António; FINGER, Mathias (Org.). O método (auto)biográfico e a formação. Trad. Maria Nóvoa. 2 ed. Natal, RN: EDUFRRN, 2014. P. 143-175.
- _____. António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, António (coord). Os professores e a sua formação. 2ª ed. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995b. P. 13-33.
- FONTANA, Roseli A. Cação. Como nos tornamos professoras? 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- TARDIF, Maurice. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. Educação e Sociedade, Campinas, v. 34, n. 123, p. 551-571, abr.-jun. 2013.
- _____. Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Heitor Strogulski
Professor e sócio da FlamingoEDU, Mestre em Ciências da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).¹

Günther Gehlen
Professor e Pesquisador da Universidade Feevale, sócio da FlamingoEDU, Doutor em Neurociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).²

O que os professores do ensino superior no RS nos disseram sobre as suas atividades durante a pandemia

Os professores tiveram que trabalhar mais, investir em recursos tecnológicos e no aprendizado de novas ferramentas digitais – com impactos sobre a sua saúde física e mental

Sob os efeitos da pandemia e o fechamento quase que imediato das instituições de ensino, surgiram muitos desafios para a continuidade da educação mundial. Passados os primeiros meses, enquanto parte da sociedade discutia e pressionava para a volta às aulas presenciais, os professores trabalhavam para adaptar materiais didáticos, ferramentas e estratégias pedagógicas para as aulas remotas, ao mesmo tempo em que as IES buscavam alternativas para reduzir seus custos e reter os alunos matriculados.

Nesse momento do ensino superior, simplesmente colocar as aulas tradicionais na internet e achar que tudo iria continuar como antes não era uma opção. O ensino remoto, imposto pela pandemia, exigiu aulas bem preparadas, alunos aptos a participar remotamente e sistemas de registro e avaliação diferentes dos tradicionais, além de todas as questões socioemocionais que envolvem docentes, discentes, famílias e sociedade. Existem ferramentas, estratégias e tecnologias para isso, mas poucas instituições de ensino estavam preparadas para usá-las.

Cabe destacar que, antes da pandemia, as discussões nas instituições de ensino superior eram sobre as metodologias de ensino, as modalidades de ensino, a EAD no ensino presencial, a curricularização da extensão, a diminuição do número de alunos, a redução das turmas ofertadas e a redução da carga horária dos professores.

E agora o novo desafio, as aulas híbridas em que parte dos alunos continua conectado remotamente e outra parte come-

ça a participar presencialmente. E nem sempre os recursos disponíveis em sala de aula são suficientes para uma interação de qualidade tanto com os alunos remotos, quanto os alunos presentes em sala.

Neste contexto de intensas mudanças nas atividades docentes, o Sinpro/RS, o Sinpro/Caxias e o Sinpro/Noroeste, em parceria com a FlamingoEDU, decidiram ouvir os professores do ensino superior privado para saber como eles estavam dando conta das suas atividades durante a pandemia.

Análise dos resultados da pesquisa

A pesquisa foi realizada através de um questionário com 13 questões, aplicado no período de 1º/04/2021 a 09/04/2021. As perguntas cobriram o período de 2020 até abril de 2021. O questionário teve 1195 respondentes, uma amostra representativa dos professores do ensino superior.

As questões foram organizadas em 4 temáticas: o vínculo e a carga horária do docente no período da pesquisa; as atividades docentes e o esforço na transformação das aulas presenciais para remotas, os recursos didáticos e investimentos dos docentes para o trabalho remoto e as condições físicas e mentais dos docentes durante a pandemia.

Resumidamente, a pesquisa apontou que, para fazer a transformação das aulas em um curto espaço de tempo, os professores tiveram que trabalhar mais, investir em recursos tecnológicos e no aprendizado de novas ferramentas digitais. E que, para além do custo financeiro, houve a diminuição da saúde física e mental dos docentes.

Para melhor apresentar esses achados, iremos mostrar a seguir alguns dos dados obtidos nesta referida pesquisa, a qual exigiu atenção com as informações coletadas. Por exemplo, o conceito de vínculo para o MEC divide os professores do ensino superior em tempo integral, tempo parcial e horista. Entretanto, as IES implementam algumas variações da carga horária para essas divisões. E, durante a pandemia, foram negociadas reduções de carga horária, sem alterar o tipo de vínculo.

Assim, para a contabilização dos professores das diversas instituições, foi necessário organizar 3 faixas de carga horária. Na maioria das vezes, essas faixas coincidem com o tipo de vínculo do professor com a instituição de ensino. A Figura 1 mostra os números absolutos de professores respondentes por faixa de carga horária ao longo dos últimos 3 semestres.

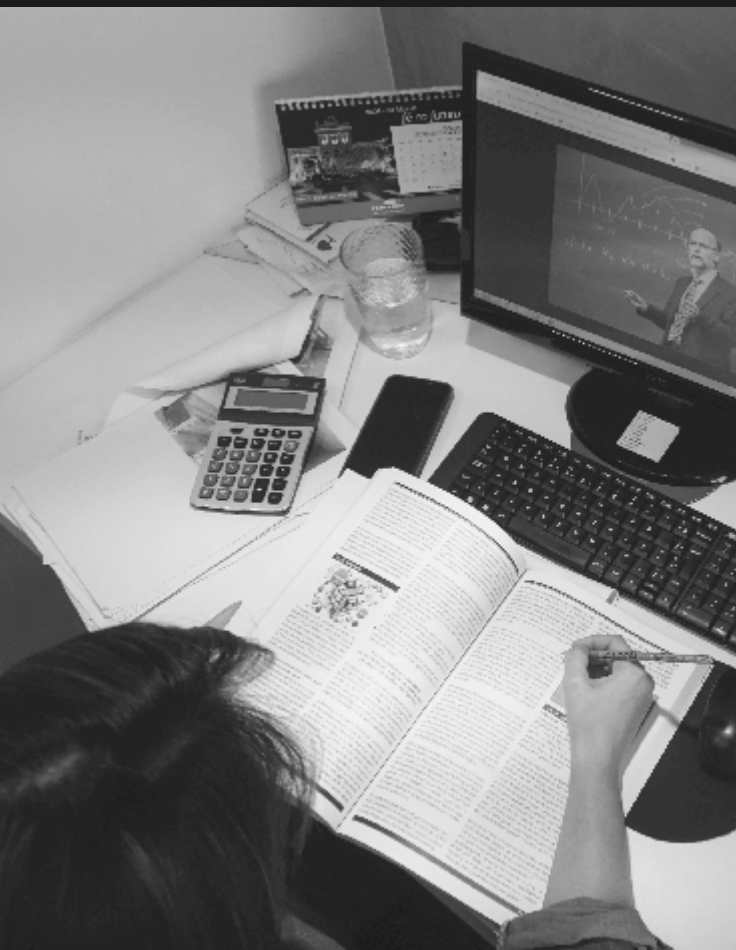


Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS

No Gráfico 1, abaixo, fica evidente a transferência de professores das faixas de maior carga horária para as faixas menores ao longo do tempo. Nesses dados, não estão computadas as demissões no período.

O Gráfico 2, abaixo, mostra a redução da média da carga horária semanal comparando-se 2020/1 com 2021/1, somados os respondentes dos 3 sindicatos. Para fins de análise, optou-se por comparar os períodos 2020/1 com 2020/2, a fim de evitar as oscilações normais entre o primeiro e o segundo semestre de cada ano letivo. Os professores que tinham a menor carga horária semanal foram os mais afetados, considerando toda a amostra.

Carga horária

E a maioria dos professores, quando questionados sobre a manutenção da carga horária semanal no segundo semestre de 2021, respondeu que tinha a expectativa de manutenção das horas alocadas (Gráfico 3, na página seguinte).

A pesquisa também questionou como estavam as atividades docentes, se houve atribuição de novas responsabilidades e quanto foi o aumento do esforço na transformação das aulas presenciais para remotas durante a pandemia.

Os dados da pesquisa apontaram que a “Redução de turmas ofertadas”, as “Mudanças curriculares”, o “Aumento de atividades EAD nas disciplinas presenciais” foram os fatores que tiveram maior influência na redução da carga horária (Gráfico 4, na página ao lado).

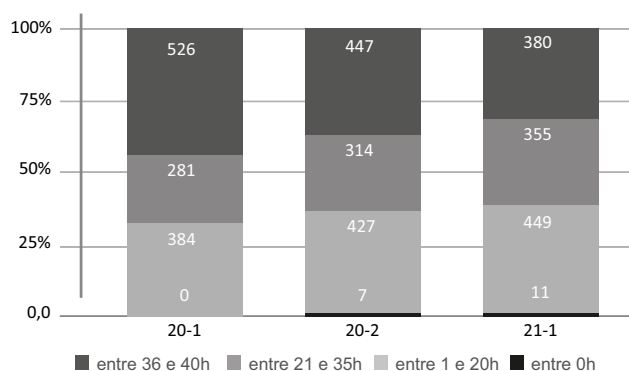
O Gráfico 5, na página 26, indica que a aula remota, durante a pandemia, demandou até 50% de esforço adicional para 64% dos entrevistados. E para 27% dos entrevistados, o esforço foi até o dobro do tempo.

A temática que causou maior surpresa nos resultados foi a que tratou do gasto dos professores para o trabalho remoto. A primeira questão dessa temática foi “Quais recursos, próprios ou fornecidos pela IES, foram necessários para adequar o espaço de trabalho (home office) durante a pandemia?” (Gráfico 6, na página 26).

Ficou evidente que os professores investiram mais em todos os quesitos abordados, com exceção das capacitações para uso das tecnologias digitais que as IES investiram 63%.

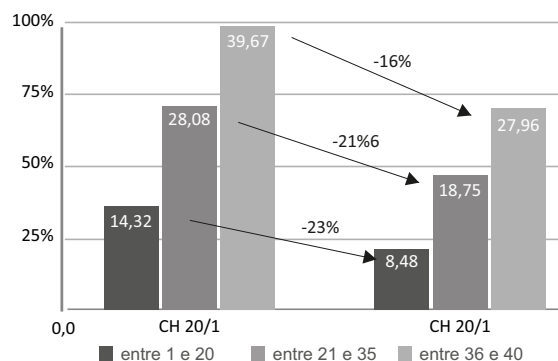
A outra pergunta dessa temática buscava quantificar o gasto médio dos professores para dar conta das suas atividades durante a pandemia. A média de gastos foi de R\$ 3.143,02, e o Gráfico 7, na página 27, apresenta o quanto os professores gas-

Gráfico 1 | Número de professores por faixa de carga horária



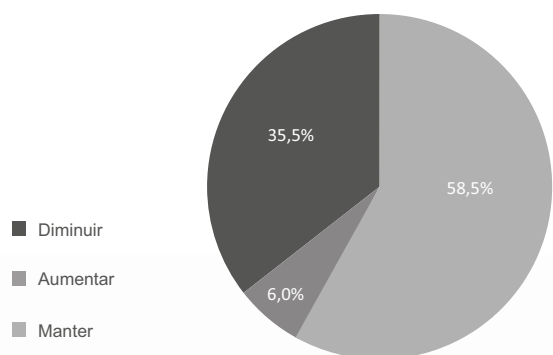
Fonte: FlamingoEDU

Gráfico 2 | Comparativo da média CH entre os semestres de 20/1 e 21/1 por faixa de CH contratada



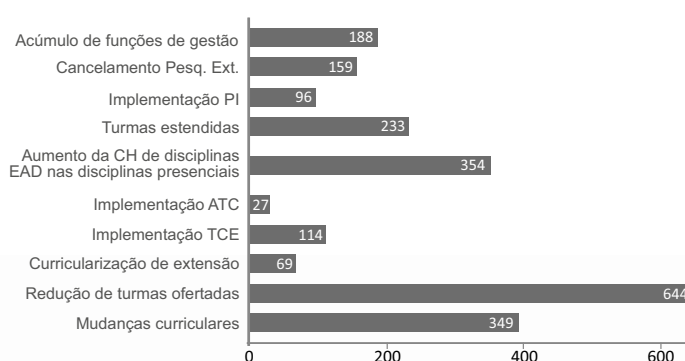
Fonte: FlamingoEDU

Gráfico 3 | Expectativa de carga semanal contratual para 2021/2



Fonte: FlamingoEDU

Gráfico 4 | Fatores que contribuíram para a redução de carga horária



Fonte: FlamingoEDU

taram por faixa de carga horária e se tiveram ou não perda de horas no semestre corrente. Este gráfico indica que os professores que mais gastaram foram aqueles que têm uma carga horária entre 21h e 35h com perda de horas no semestre corrente. E mesmo com a perda de carga horária, os professores dessa faixa gastaram R\$ 3.532,55, em média. Fica evidente a preocupação desses professores em adequar-se à nova realidade, independentemente do salário recebido.

A última temática da pesquisa *Realidade docente do ensino superior* foi sobre as condições físicas, mentais e o sentimento do professor em relação ao retorno das atividades presenciais.

De maneira geral, 77% dos professores disseram que houve uma piora expressiva das condições físicas e mentais durante a pandemia, como mostra o Gráfico 8, na página 27.

E quando perguntados sobre o sentimento em relação ao retorno às atividades presenciais, 82% dos professores apontam insegurança, apreensão e outros adjetivos associados ao medo e à ansiedade, de acordo com o Gráfico 9, na página 27.

Esses aspectos comportamentais e emocionais parecem não estar no radar das IES, tendo em vista as fortes ações para redução do quadro docente e redução de carga horária alocada. E a falta de informação sobre os protocolos de segurança e as estratégias institucionais para o retorno ao presencial intensificam esta sensação de insegurança entre os docentes.

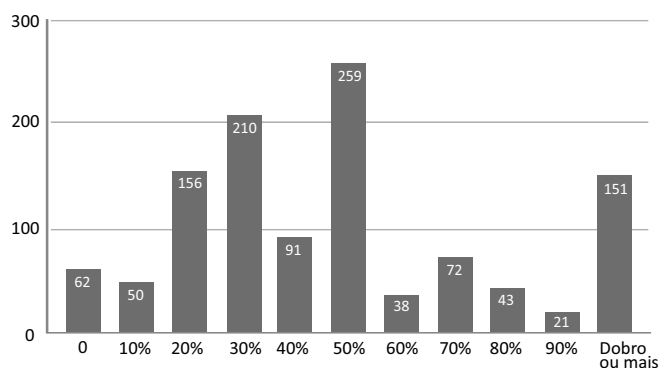
Conclusões e perspectivas

Durante a pandemia, não sobrou outra possibilidade de ensino efetivo do que aquela com o protagonismo dos professores preparando e conduzindo as aulas e atividades de forma remota. O professor teve que adaptar os materiais didáticos e suas estratégias de ensino para o novo ambiente. Além disso, investiu em cursos e aprendizado de aplicativos, também em compra de computadores e acessórios; na assinatura de plano de acesso à internet mais rápida para dar conta dos sistemas de videoconferência e, ainda, na adaptação do espaço doméstico para desenvolver as suas atividades acadêmicas.

Porém, o mais preocupante foi a piora das condições físicas e mentais dos trabalhadores da educação. Os dados coletados nesta pesquisa indicam a urgência na criação de programas de bem-estar e apoio ao docente por parte das IES nos moldes do que já vem sendo feito no restante do mercado de trabalho. Empresas e organizações têm implementado ações preventivas e programas que promovem a eficiência e proteção emocional dos trabalhadores, fornecendo recursos como equipamentos e acessórios, atividades de interação, capacitações, apoio financeiro, atividades laborais e acompanhamento médico e psicológico.

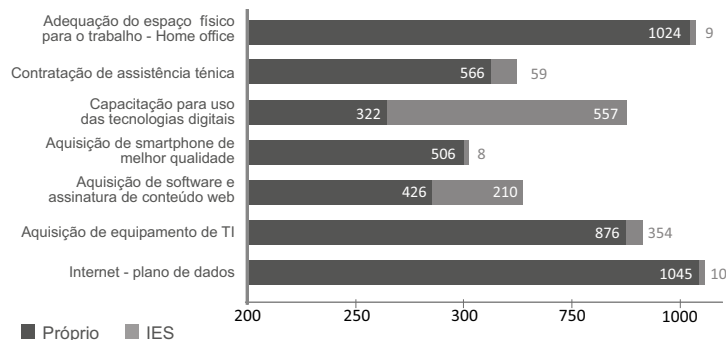
Nas IES, as ações de apoio ao professor são inexistentes ou muito tímidas e agravadas pela suspensão de reajustes salariais

Gráfico 5 | Percentual de aumento do esforço por aula remota



Fonte: FlamingoEDU

Gráfico 6 | Origem dos recursos para as novas necessidades do ensino remoto



Fonte: FlamingoEDU

e até a redução nos vencimentos ou da carga horária. Essa situação é grave se considerarmos que os professores são o principal fator de retenção de alunos e que, durante a pandemia, investiram por conta própria tempo e dinheiro na transformação digital das aulas.

Somam-se a esse cenário de insegurança dos docentes as questões relacionadas à manutenção e, em especial, à contínua melhoria da qualidade dos processos ensino-aprendizagem. Mesmo não sendo foco desta pesquisa, percebe-se que este momento de mudanças abruptas nos modelos e nas ferramentas de ensino-aprendizagem deve trazer consigo fortes reflexos no processo formativo dos discentes.

Importante destacar, ainda, que no início de 2020 o Sinpro/RS e a FlamingoEDU fizeram um outro estudo sobre as modalidades de ensino nas IES privadas gaúchas e sobre os papéis e as atividades dos docentes nas diversas modalidades. Na ocasião, ficou claro que a opção pelo ensino sem a mediação de professores, ao adotar plataformas de cursos de EAD do mercado, não trouxe os resultados esperados nos cursos de graduação das IES tradicionais gaúchas, permitindo observar que o EAD nos cursos de graduação é mais uma questão de disputa de mercado por valor da mensalidade do que conveniência de tempo e compromisso com a aprendizagem do aluno. E, nessa disputa, as IES tradicionais gaúchas sempre perdem em preço por causa do menor custo operacional das grandes empresas de educação.

Ficou evidente que, durante a pandemia, a modalidade EAD não emergiu como a melhor solução para manter as aulas com o distanciamento social. Não houve, como poderia se supor, o aumento do número de matrículas ou a migração significativa

dos alunos do presencial para o EAD. Sendo a preferência dos alunos dos cursos presenciais, a manutenção pelo vínculo síncrono e interativo com o professor através do ensino remoto, mesmo com todas as suas limitações, dificuldades e críticas, demonstra que o professor segue como elemento estratégico e essencial para a qualidade do ensino e nos processos de retenção dos alunos.

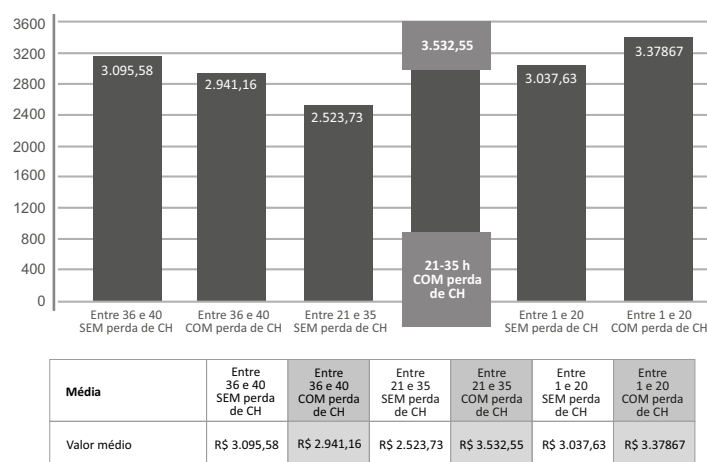
Por outro lado, observa-se que se, de um lado, as instituições de ensino tradicionais estão criando opções de cursos 100% EAD e presenciais com atividades em EAD, as grandes corporações de ensino estão transformando os cursos EAD em cursos híbridos. Essas corporações têm a eficiência operacional dos negócios de massa e, com isso, conseguem praticar preços mais baixos. As corporações da educação vão continuar competitivas, mesmo com a ampliação do número de docentes, porque estão trabalhando com “turmas infinitas”, ou seja, sem limite de alunos. E, de quebra, com professores em sala de aula, irão conseguir diminuir a evasão da modalidade EAD e aumentar o engajamento dos alunos. Ou seja, a chave dessas mudanças continua sendo o professor.

Notas

1. Professor e sócio da FlamingoEDU, Mestre em Ciências da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), especialista em Gestão de Instituições de Ensino Superior pela Universidade de Caxias do Sul (UCS/Comung)
2. Professor e Pesquisador da Universidade Feevale, sócio da FlamingoEDU, Doutor em Neurociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), especialista em Gestão de Instituições de Ensino Superior pela Universidade de Caxias do Sul (UCS/Comung)

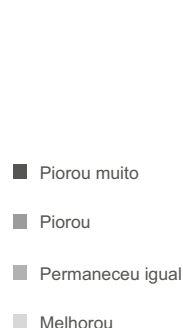
O que os professores do ensino superior no RS nos disseram sobre as suas atividades durante a pandemia

Gráfico 7 | Média de gastos (R\$) com fomento próprio por faixa de CH



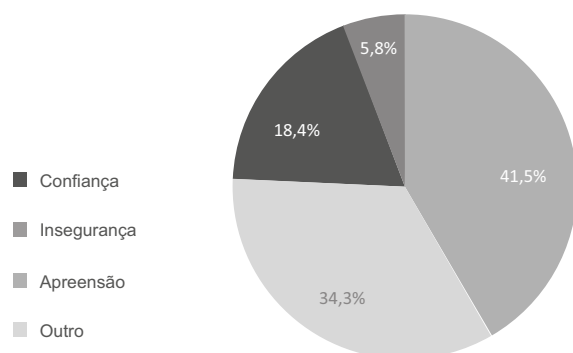
Fonte: FlamingoEDU

Gráfico 8 | Condição física e mental, no atual contexto, de sua atividade profissional



Fonte: FlamingoEDU

Gráfico 9 | Sentimento sobre a retomada das atividades presenciais



Fonte: FlamingoEDU

Durante a pandemia, não sobrou outra possibilidade de ensino efetivo do que aquela com o protagonismo dos professores preparando e conduzindo as aulas e atividades de forma remota.

artigo

Margareth Fadanelli Simionato

Formada em Filosofia, Mestrado e Doutorado em Educação pela Ufrgs. Pós-Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).¹

Cada vez mais, os jovens se afastam dos cursos de licenciatura, com acentuada desmotivação pela carreira docente

Desafios e sentidos da formação docente no contexto educacional contemporâneo

Nas políticas para a formação de professores, temos projetos societários em disputa que, por vezes, pendem para a proposição de um Estado mínimo, em uma concepção liberal corporativa ou, por outro lado, pendem para um projeto que defenda a construção de novas relações sociais pautadas no acesso aos bens e direitos socialmente produzidos. É na disputa ideológica entre esses projetos e seus tensionamentos que as políticas para educação são construídas na agenda global. Os movimentos reformistas no Brasil, iniciados na década de 1990, seguiram pelos anos 2000 e aprofundaram-se a partir de 2016, intensificando o que Schiroma (2011) chamou de “redes sociais de hegemonia” e que Dale (2004) identificou como uma “agenda globalmente estruturada para a educação”. As atuais proposições políticas desintelectualizam a formação e a docência, intensificando as já precárias condições de trabalho docente.

A construção de políticas internacionais para a educação voltadas à formação, à carreira e às condições de trabalho docente modifica concepções fundantes da formação de professores no Brasil. A produção de processos pedagógicos que visam à formação de subjetividades favoráveis ao alinhamento à Teoria do Capital Humano tem se colocado subliminarmente no desenvol-

vimento dos currículos. O alinhamento da formação docente ao ordenamento curricular proposto na atual BNCC obscurece conteúdos humanísticos e socioculturais tão importantes nessa formação. Há uma clara intenção de induzir a sociedade a acreditar que a melhoria da educação ofertada no país passa unicamente pela formação dos professores, sombreando as precárias condições materiais e objetivas de trabalho e da valorização da carreira docente. Esse sombreamento acarreta consequências à carreira docente, tais como a falta de interesse dos jovens do ensino médio pela profissão, como se observa no enxugamento cada vez maior dos cursos de licenciaturas nas IES, especialmente nas privadas e comunitárias.

A formação de professores na agenda global para a educação

O desenho curricular da educação brasileira é o resultado de políticas que se inserem no âmbito da Nova Gestão Pública (NGP)², propondo inovações no modo de gerenciamento das escolas, tomadas pelos conceitos de eficiência e eficácia como balizadores da gestão educacional. Para Saraiva e Souza (2020), a construção de uma Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE) influencia diretamente nas agendas nacionais em geral, movidas por interesses de ordem econômica.



Foto: Alex Kotliarskyi / Unsplash

Segundo Hypólito (2019), esse movimento global “se articula em torno de três princípios da política educacional: padrões, prestações de contas e descentralização, que se desdobram em orientações que devem ser seguidos pelos formuladores de políticas nacionais”. Assim, criam-se paradigmas de comparação entre os sistemas escolares nacionais que deixam de pautar-se em aspectos compreensivos (sociais, culturais, econômicos e políticos) para focar na hierarquização e competição.

A produção discursiva do fracasso da qualidade da educação pública vai se construindo a partir de uma descentralização da culpa responsabilizando a escola e, especialmente, seus professores por tamanho fracasso. Para Maués e Costa (2020), “o docente foi alçado ao patamar de responsável pelo sucesso ou, principalmente, pelo fracasso do aluno” (p.101). A proposição de um professor eficaz para a OCDE, um professor excelente para o Banco Mundial, ou ainda um professor de qualidade para a Unesco/OREALC, orienta a produção de pesquisas com o objetivo de averiguar como o docente atua, quais suas potencialidades e dificuldades para atingir as metas propostas na agenda global para a educação (MAUES e COSTA, 2020). Documentos produzidos a partir dos resultados dessas pesquisas subsidiaram as recentes modificações na formação de professores no Brasil.

São discursos que desqualificam o professor e refletem diretamente nas escolhas dos jovens pela carreira docente. A valorização da profissão, o *status* da carreira, a perspectiva de empregabilidade e a remuneração são fatores que influenciam diretamente em suas escolhas. A visão romantizada da docência (como um dom, filantropia, abnegação) coloca a carreira no patamar de um sonho a se realizar em um futuro distante, não como uma escolha profissional possível.

O estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) *Profissão professor na América Latina: por que a docência perdeu o prestígio e como recuperá-lo* (2018) conclui que o Brasil e outros países da América Latina têm dificuldade de atrair jovens talentos para a carreira docente, em contraposição aos países que valorizam a profissão. Exemplo disso é a Coreia do Sul, em que 25% dos jovens têm a intenção de seguir a carreira. Na Espanha, esse índice chega a 20%. No Brasil, apenas 5% dos jovens optam pela carreira docente.

ABNCFP – bases a serviço do que e para quem?

Analisar os atravessamentos dessas políticas no campo da formação de professores é de extrema relevância para compreender os rumos da educação, da formação de professores em

tempos tão estranhos, pandêmicos e difíceis que estamos vivendo nestes anos de 2020/2021, em trabalho remoto, tele-trabalho e tantos outros arranjos antes não pensados para a educação e a sociedade brasileira e mundial.

É preciso retroceder no tempo para compreender o atual cenário normativo da formação de professores no Brasil. A Resolução CNE/CP N° 02/2015, a qual representou significativo avanço na discussão ontológica e epistemológica, reorganizou os cursos de formação de professores na perspectiva de uma formação reconhecidamente participativa, com as bases necessárias para dar conta das diversidades culturais, sociais e econômicas da população brasileira na construção de uma sociedade mais justa e democrática. A docência é entendida como ação educativa, processo pedagógico metódico e intencional, que se desenvolve na relação entre o conhecimento científico, cultural, valores éticos e estéticos na perspectiva e articulação com a aprendizagem, socialização e construção do conhecimento em uma concepção ampliada. A noção de teoria prática é compreendida como unidade, como práxis para formar um professor que tenha capacidade de ler a sua prática, refletindo e teorizando a partir das teorias construídas sobre o conhecimento humano, criando condições autônomas de compreender os elementos que constituem o seu trabalho, como sujeito autor e produtor de conhecimento.

A legislação atual que organiza a formação de professores no Brasil, a Resolução CNE/CP N° 02/2019 alinha a formação inicial docente à BNCC, submetendo a formação dos professores à sua implantação e competências gerais (BRASIL, 2019). Conforme Farias (2019, p. 164), “A associação entre aprendizagem e desempenho explicita a forte vinculação à avaliação dos resultados, orientação claramente assumida na BNCC e tomada como referência na BNCFP, usada recorrentemente para firmar a falta de qualificação dos professores”. A docência é vinculada à noção de tarefeiro reproduzidor de conhecimento, e a noção de teoria prática deixa de ser unidade para tornar-se articulação.

Uma cultura meritocrática de performatividade e avaliação minimiza áreas de conhecimento fundamentais, como o campo das humanidades, produzindo uma verdadeira corrosão do sentido da docência como ação cultural e como ação política. De acordo com Almeida, Tartuce e Nunes (2014), a atratividade da carreira docente passa também pelos sentimentos de “desconforto profissional” expressados implícita



Foto: Leon Mojuk / Unsplash

ou explicitamente por professores em exercício, impactando os jovens no cotidiano da escola e da vida social.

Ao instituir a lógica da responsabilização docente e a pedagogia do gerenciamento, articula-se, junto à opinião pública, um tipo específico de discurso em que vai se tornando consensual a crença de que o fracasso da educação brasileira deriva da falta de profissionalização dos professores, desfocando o olhar sobre o que se materializa diariamente nos diferentes tipos de escola, ou seja, a radical desigualdade social do nosso país, a precarização das condições materiais e objetivas do trabalho docente.

A construção social da imagem da profissão docente afeta muito na escolha dos jovens pela carreira. Conforme Almeida, Tartuce e Nunes (2014), os sentidos que os jovens atribuem ao “ser professor” estão incorporados no contexto social, político e cultural mais amplo em que vivem e no próprio processo de sua escolarização.

Caminhos para reflexão permanente

Algumas perguntas fundamentais precisam estar presentes em nossas reflexões sobre a formação de professores: de que projeto estamos falando? Que concepção de ser humano e sociedade sustenta a proposta? Que concepção de formação orienta a proposta? Qual o lugar do professor nesse contexto? Que conceito teoria-prática está implícito? Que concepção de docência sustenta essa proposta? Como fica a autonomia intelectual docente? Como incentivar nossos jovens a considerar ser professor em suas escolhas profissionais?

As IES se reorganizam com propostas atrativas e inovadoras, mas é necessária uma ação conjunta para um reposicionamento do papel social do professor na sociedade.

Muito ainda precisa ser compreendido, analisado e debatido ao se falar em formação de professores e BNCFP. Como atrair os jovens para a carreira docente? As Instituições de Ensino Superior (IES) têm reorganizado seus cursos de licenciatura, buscando propostas atrativas e inovadoras, porém se faz necessária uma ação conjunta para a melhoria e reposicionamento do papel social do professor na sociedade atual. Entidades representativas dos educadores, como a Anfope, Anped, Anpae, ABdC, Forumdir, entre outras, têm feito frente ao desmonte da formação de professores, estabelecendo núcleos de resistência, manifestações e confrontações diante do quadro atual. As definições sobre objetivos e conteúdo da educação envolvem decisões políticas e, por isso, a participação de professores e estudantes como sujeitos socioculturais e cognitivos é extremamente importante, o que reitera o caráter democrático inerente ao processo pedagógico.

Notas

1. Formada em Filosofia, Mestrado e Doutorado em Educação pela Ufrgs. Pós-Doutoranda em Educação na UFSC – Docente do Ensino Superior. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas: Formação de Professores e Práticas de Ensino – FOPPE e do Grupo de Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação. Vice-presidente do Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre.

2. De acordo com Cossio (2018), a Nova Gestão Pública (NGP) na década de 1990 atua diretamente nas transformações institucionais, tais como a competitividade, a concorrência, avaliação por resultados, meritocracia, planejamento estratégico, eficiência e eficácia, que promove parcerias público-privadas (PPP) nas políticas públicas, entre elas, as da educação.

Referências

ALMEIDA, P. A.; TARTUCE, G. L. B. P.; NUNES, M. M. R. Quais as razões para a baixa atratividade da docência

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de julho de 2015 – Seção 1 – p. 8-12. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: jun. 2021.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 02/2019, de 20 de dezembro de 2019. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 2019 - Seção 1, p. 115-119.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "cultura educacional mundial comum" ou localizando uma "agenda globalmente estruturada para a educação?" Educação e Sociedade, Campinas: CEDES, V.5, n.87, p.423-460, mai/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/bJbBCJS5DvngSvwz9hngDXK/?lang=pt&format=pdf> Acesso em jun. 2021

ELACQUA, G.; HINCAPIÉ, D.; VEGAS, E.; ALFONSO, M. Profissão professor na América Latina: por que a docência perdeu o prestígio e como recuperá-lo? Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Divisão de Educação, 2018.

FARIAS, I. M. S. O discurso curricular da proposta para BNC da formação de professores da educação básica. Revista Retratos da Escola. Brasília, v. 13, nº 25/jan/mai. 2019. Disponível em <<http://esforce.org.br>> Acesso em jul. 2021.

HYPÓLITO, A. M. BNCC, Agenda Global e Formação Docente. Revista Retratos de Escola. Brasília, V.13, n.25, p.187-201, jan/mai. 2019. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em jun.2021.

MAUÉS, O. C. COSTA, M. C. S. A OCDE e a formação docente: a Talis em questão. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, Bahia- Brasil, v. 16, n.41, p. 99-124, Edição Especial, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7255>. Acesso em jun.2021.

SARAIVA, A. M. A. SOUZA, J. F. A formação docente e as organizações internacionais: uma agenda focada na performatividade dos professores e na eficácia escolar. Currículo sem Fronteiras, v. 20, n. 1, p. 129-147, jan/abr.2020. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss1articles/saraiva-souza.html>. Acesso em jul. 2021.

SCHIROMA, E. O. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: AZEVEDO, M. LARA, A. B. M. (Orgs). Políticas para a educação: análise e apontamentos.



Ensaio

Bruno Biasetto

Pesquisador de pós-doutorado
do Centro de Estudos da
América Latina e Caribe
(Cerlac) da Universidade de
York (Canadá).¹

Os rompantes
autoritários, a mentira
como um hábito e o
desleixo com o ato de
governar fizeram de
Trump um dos
presidentes mais
tóxicos da história
norte-americana

O pacificador: o governo Biden e os desafios dos Estados Unidos

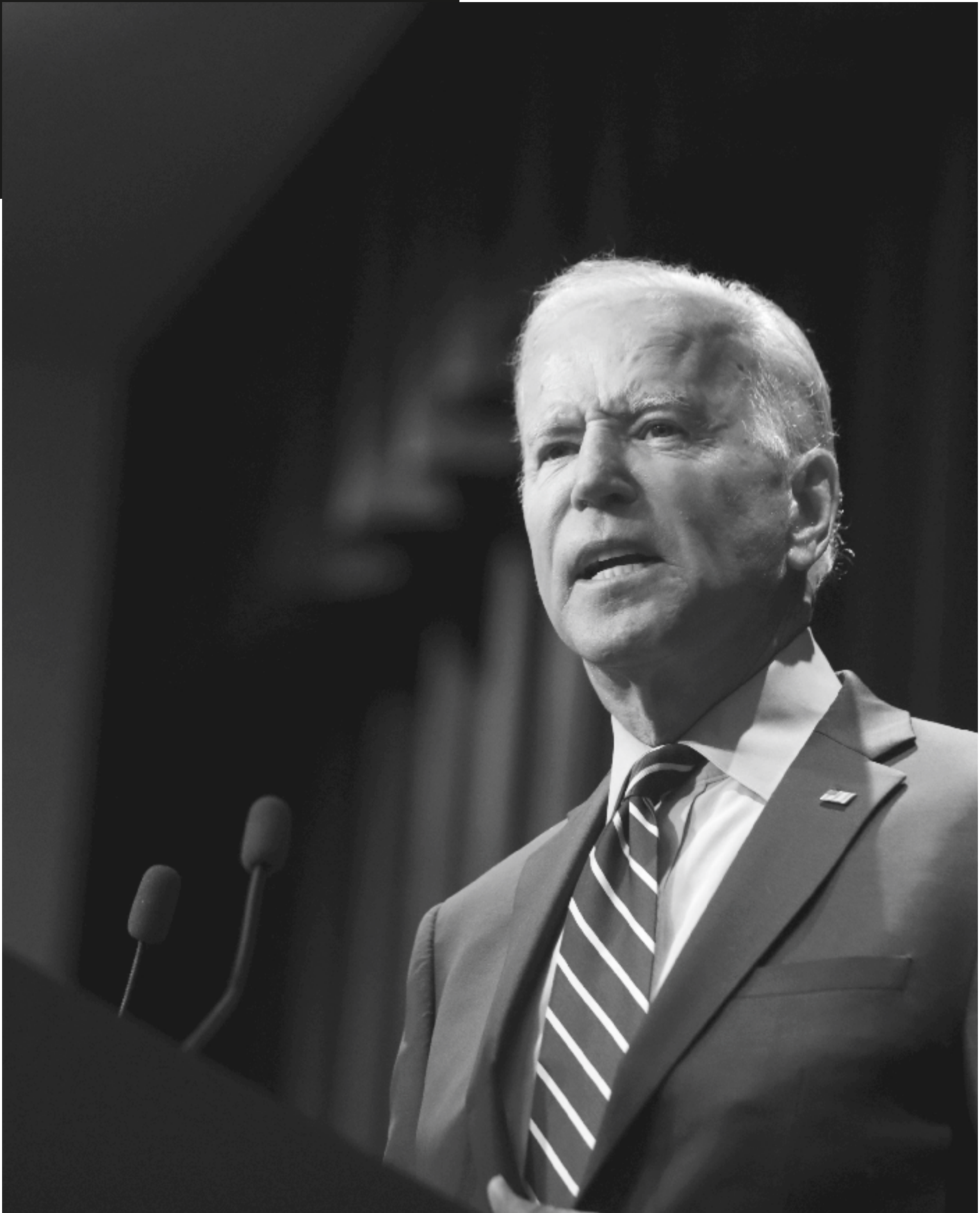
Palavras-chave: Biden, Estados Unidos, Política interna.

Resumo

O presente ensaio pretende analisar a política interna do governo do democrata Joe Biden, cujo mandato se iniciou há seis meses. O governo Biden enfrenta grandes desafios no campo doméstico, sendo o maior deles a reconstrução dos Estados Unidos após a pandemia de coronavírus. Dessa forma, este artigo irá concentrar a sua análise no legado político de Trump, nos problemas econômicos e nas questões raciais e migratórias que afetam os Estados Unidos nos últimos tempos.

Em 20 de janeiro deste ano, Joseph R. Biden se tornou o mais novo presidente dos Estados Unidos. Biden assume a presidência em um dos momentos mais importantes da história do país, onde grandes desafios domésticos e externos o colocam em uma posição bastante complicada. Apesar de Biden ter vasta experiência em assuntos de política externa, os desafios internos parecem ser os que irão realmente ocupar os esforços do presidente. Desse modo, este artigo estará focado nos desafios internos que o novo presidente norte-americano irá enfrentar durante o seu mandato.

Não se pretende aqui ignorar a natureza complexa dos problemas de política externa que Biden está enfrentando, especialmente no que diz respeito à reconstrução da aliança com a OTAN, e as relações sempre tumultuadas com China e Rússia. Entretanto, ser o sucessor de Donald Trump é um desafio maior do que as rivalidades internacionais. Trump talvez tenha sido o presidente norte-americano que mais tenha desrespeitado as sólidas instituições políticas do país, trazendo consigo um nível de polarização comparável apenas ao período da Guerra Civil (1860-1865). Os rompan-



tes autoritários, a mentira como um hábito e o desleixo com o ato de governar fizeram de Trump um dos presidentes mais tóxicos da história norte-americana. O estrago gerado pela liderança de Trump vai muito além do território norte-americano, servindo de inspiração para outros governantes autoritários ao redor do globo.

Não bastasse o legado político de Trump, Biden necessita lidar com outras questões importantes. Entre as mais relevantes, está a reconstrução do país na chamada pós-pandemia. As recentes cenas de normalidade nas maiores cidades norte-americanas, fruto de uma campanha de vacinação muito bem executada, nos dão a impressão de que tudo está no seu lugar. Contudo, muitos norte-americanos ainda sofrem com a desigualdade econômica, com o fechamento de pequenos negócios afetados pela pandemia e com as mudanças tecnológicas que afetam a força de trabalho. Além disso, Biden precisa lidar com profundas questões em relação às demandas da comunidade negra e com as ondas migratórias da América Latina. Todos esses desafios se constituem em um jogo político complexo, que se torna ainda mais difícil por causa da feroz oposição do Partido Republicano, e pela eterna sombra de Trump. Este artigo está organizado em dois segmentos distintos, os quais irão analisar em mais detalhes os temas anteriormente mencionados. O primeiro segmento analisará como o legado político de Trump e o radicalismo conservador norte-americano afetam a presidência de Biden. A segunda parte pretende lidar com as questões relativas à reconstrução da economia norte-americana e com os dilemas sociais.

O cálice maldito: a política norte-americana depois da presidência Trump

Diversos observadores da política norte-americana se mostram bastante desanimados com a situação política do país, especialmente por causa da feroz polarização ideológica vista desde as eleições presidenciais do ano de 2000. Desde então, o diálogo entre os dois partidos tem piorado substancialmente, e não existe praticamente nenhum ponto de concordância sobre os rumos do país como um todo. Entretanto, é importante enfatizar que o conflito é parte integrante da política norte-americana desde as primeiras eleições presidenciais, no final do século 18 (BROGAN, 2002. p.143). Contudo, o que é bastante preocupante é que nas eleições presidenciais realizadas neste século tem exacerbado essa característica de conflito inerente ao sistema político norte-americano. A criação de vastos fundos de financiamento de campanhas (Super PACs) associada à presença maciça de fake news nas redes sociais criaram o espaço necessário para o surgimento de um elemento disruptivo na figura de Donald Trump.

O então presidente norte-americano, com o seu jeito controverso e politicamente incorreto de ser, acabou acentuando problemas políticos que já existiam durante o governo Obama. Entre as maiores dificuldades enfrentadas, está a de estabelecer uma narrativa comum entre os dois partidos. A falta dessa narrativa revela o distanciamento existente entre os ambos os partidos. Trump não foi o primeiro a explorar essas divisões, muitos outros presidentes fize-

Foto: Sean Lee / Unsplash





Foto: Isac Nóbrega / Presidência da República

ram isso antes dele, mas nenhum chegou no nível de radicalismo trazido pela retórica de Trump.

É importante frisar que o conservadorismo de Trump representa uma ruptura com o pensamento conservador norte-americano dos últimos 40 anos. Pensadores conservadores clássicos como Russell Kirk e William Buckley não tinham nenhum apreço por regimes autoritários e populistas (WILENTZ, 2008, p. 216). Essas duas características, tão marcantes na presidência de Trump, acabaram provocando uma divisão profunda dentro do Partido Republicano. Nomes tradicionais, ligados ao conservadorismo republicano, como George F. Will, William Kristol e a família Bush, declararam abertamente o seu desdém pelo modelo político de Trump, apresentado como uma “traição” ao conservadorismo norte-americano (BIASETTO, 2020, p. 55).

Dependência

Diante deste cenário político bastante complicado, talvez a principal tarefa de Joe Biden seja a de ser um pacificador do sistema político norte-americano. Com o passar dos séculos, o pêndulo de poder nos Estados Unidos foi gradualmente passando do Congresso para a Presidência da República. O resultado da mudança neste equilíbrio de poder foi justamente a crescente dependência da presidência para o funcionamento do país. No caso norte-americano, a desastrosa presidência de Trump só não causou mais prejuízos por causa da resiliência das instituições e da solidez da soci-

idade civil. Caso contrário, Trump, possivelmente, poderia ter se tornado o primeiro ditador dos Estados Unidos. A restauração do equilíbrio da presidência é um elemento vital para a normalização da política norte-americana, e Biden é um indivíduo com as qualidades necessárias para essa tarefa.

Em 2016, a América surpreendeu o mundo ao escolher um outsider ultraconservador e populista para a presidência. No entanto, nas eleições de 2020, o país optou por um perfil completamente diferente, o de um político experiente e moderado. Em todos os aspectos, Biden é o oposto de Trump. O atual presidente norte-americano vem de uma família de operários católicos irlandeses, que vivia no interior do estado da Pensilvânia. A experiência de vida de Biden o deixou ligado ao Partido Democrata, de Roosevelt, cujos valores de atenção aos desfavorecidos e ao Estado como uma força positiva na sociedade marcaram a sua formação. No início da década de 1970, Biden foi eleito o mais jovem senador da história dos Estados Unidos, onde ganhou fama de conciliador e pacificador. Em suas mais de três décadas de atuação no Senado, Biden se destacou nas temáticas relativas ao sistema judiciário e à política externa. Acima de tudo, Joe Biden foi um senador respeitado pelos republicanos, que sempre o buscavam para a aprovação de medidas bipartidárias.

Após longos anos de serviço no Senado, em 2008 Biden foi convidado para compor a chapa do então candidato à presidência Barack Obama. A experiência e a serenidade de Biden o transformaram em

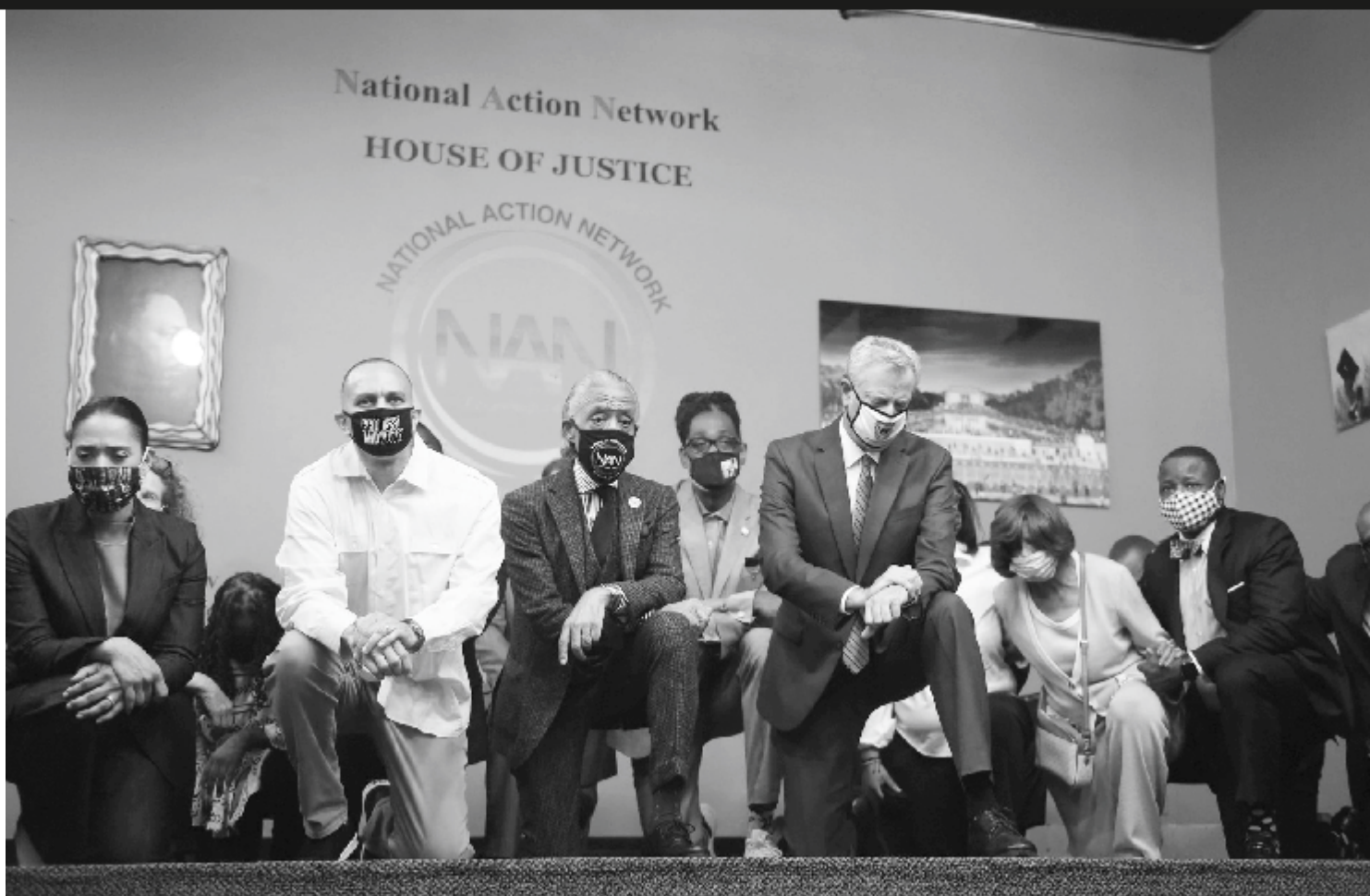


Foto: Michael Appleton / Mayoral Photography Office

uma figura essencial para Obama, que sempre consultava o seu vice em momentos decisivos (OBAMA, 2020, p.379). Depois do fim do segundo mandato de Obama, Biden parecia destinado a uma aposentadoria respeitável. Especialmente após a trágica morte de seu filho (e herdeiro político), Beau Biden, em 2016. Entretanto, a eleição de Trump acabou mudando os seus planos.

Liberal moderado

Em 2020, Biden foi o único candidato capaz de unir o Partido Democrata e, ainda, trazer consigo o chamado eleitorado independente. Esses independentes, que, apesar de estarem satisfeitos com o crescimento econômico da Era Trump, se encontravam descontentes com o seu estilo abrasivo de governo. Biden apresentou um discurso moderado, o qual combinava uma abordagem científica para o combate à pandemia com ação governamental forte no enfrentamento à pobreza e à desigualdade. Além disso, Biden conseguia vender este discurso de uma forma bastante moderada, enfatizando que as suas propostas não eram radicais e que o modelo liberal, ainda admirado por muitos norte-americanos, seguiria intacto. Assim, Biden se apresentava como uma alternativa sólida e experiente em uma hora de crise. Ao defender uma plataforma de centro, ele criou uma ampla coalizão

capaz de derrotar um presidente incumbente, algo que não acontecia desde 1992.

A improvável chegada de Biden à presidência foi a culminância de sua habilidade de conciliador. O centrismo e a moderação ajudam o presidente, e são características que fluem naturalmente da sua personalidade. A escolha de seu gabinete reflete esse viés de conciliação, em que as mais diversas alas do Partido Democrata foram contempladas. Biden também deu uma grande ênfase à escolha de minorias, com um foco maior em mulheres negras e latinos. Ao contrário de Trump, que preferia escolher os seus ministros com base na lealdade pessoal, Biden focou suas escolhas em aspectos técnicos. O melhor exemplo disso é a escolha da Secretária do Tesouro (finanças), Janet Yellen. Além de ser a primeira mulher a ocupar um dos postos mais importantes do governo norte-americano, ela foi uma conceituada acadêmica na Universidade de Princeton, e também foi muito elogiada pela sua conduta à frente do FED (o equivalente ao Banco Central) entre 2013 e 2018.

Em seu artigo seminal sobre a presidência norte-americana, Joseph Nye (2006, p. 95) demonstrou que os presidentes exercem tipos diferentes de liderança conforme a sua personalidade. Nessa lógica, existem presidentes que confiam mais em suas habilidades intelectuais. Outros confiam mais em uma inteligência emocional e

instinto na tomada de decisão. Joe Biden, ao contrário de Obama e Clinton, se situa no segundo grupo. O presidente confia mais em sua experiência e sensibilidade na análise decisória, mas sempre levando em conta a opinião de experts no assunto. Biden tem como marca de liderança fazer uma análise contextual completa e, após isso, decidir um curso de ação. Este modelo decisório, associado às suas características pessoais trazem de volta para a presidência uma estabilidade que não existia no mandato de Trump.

Vacinação e popularidade

Esse estilo de liderança reflete as prioridades políticas do presidente nos seus primeiros seis meses de mandato. As suas duas principais iniciativas junto ao Congresso, o pacote de infraestrutura e a nova legislação eleitoral, representam um equilíbrio entre demandas políticas da esquerda e da direita. Além disso, o presidente Biden fez um grande esforço pela expansão da vacinação e pela extensão da ajuda federal aos desempregados e aos negócios que sofreram as consequências da pandemia. A sua eficiência e serenidade na condução dos desafios da pandemia, associada a uma bem-sucedida campanha de vacinação fizeram com que a sua popularidade permanecesse alta nestes primeiros meses de mandato (JARVIS, 2021).

No entanto, como geralmente ocorre na política, nem tudo são rosas. Apesar do estilo conciliador de Biden, a polarização política que assola os Estados Unidos não dá sinais de enfraquecimento. Muitos analistas políticos acreditavam que, após a invasão do

Capitólio, em janeiro deste ano, por uma turba de fanáticos de extrema-direita incentivada por Trump, que os republicanos abandonariam o polêmico ex-presidente. Porém, os líderes do partido optaram por seguir apostando todas as fichas na divisão ideológica e racial de uma forma ainda mais aberta. Por trás dessa lógica, está a esperança que os republicanos possuem de retomada de uma das duas casas legislativas, especialmente após a perda do Senado nas eleições de 2020. Para os líderes republicanos no Congresso, Mitch McConnell e Kevin McCarthy, o Trumpismo parece ser a única força capaz de mobilizar o seu eleitorado para uma vitória nas eleições legislativas de 2022.

Apostar no Trumpismo como a única estratégia possível para uma vitória republicana demonstra apenas o tamanho da crise na qual o Partido Republicano está envolvido. É uma crise moral e ideológica, que corrói a alma do partido que um dia foi liderado por Abraham Lincoln. O Trumpismo se afasta das tradicionais agendas republicanas, de liberalismo econômico e um moderado conservadorismo social. Atualmente, o partido aposta em uma agenda de ódio irrestrita, especialmente focada em imigrantes e outras minorias. A América de Trump acredita em um passado mágico, de um país branco e cristão, um passado que jamais existiu (BIASETTO, 2020, p.92). É importante enfatizar que, apesar da derrota de Trump nas eleições do ano passado, o seu movimento continua vivo e forte.

Biden ainda tem de lidar com as mesmas dificuldades enfrentadas por Obama no campo político e ideológico. A indústria de fake news

Foto: Ed Reed / Mayoral Photography Office



conservadora cria pautas que obstaculizam o governo cotidianamente, tentando manter um clima de guerra e mobilização permanentes na base republicana. A mobilização de sites alternativos de direita, como o 8chan, serve para fomentar a continuidade de teorias da conspiração, estimuladas por personagens virtuais como o Qanon (TOLLEFSON, 2021, pp. 192-193). Contudo, Biden é um alvo mais difícil de acertar do que Obama. O fato de ser o primeiro presidente negro deixava Obama mais exposto a histórias de cunho racista vindas da mídia conservadora. Sendo branco, irlandês e católico, fica difícil encaixar Biden na mesma categoria de “comunista e muçulmano”, na qual Obama foi colocado pelos republicanos. Esse aspecto, associado ao perfil conciliador de Biden o tornam menos suscetível aos ataques dos republicanos. Ainda assim, apesar de um início exitoso, Biden tem uma série de complexas questões econômicas e sociais que podem comprometer a sua presidência, e até mesmo a supremacia democrata no Congresso. E são essas questões que serão analisadas na segunda parte deste artigo.

Na encruzilhada da história: dilemas econômicos e sociais do governo Biden

Como apresentado na parte inicial, o presidente Biden enfrenta grandes desafios políticos no plano interno, e o sucesso de sua presidência está diretamente ligado ao êxito desta agenda doméstica. A agenda doméstica de Biden possui três pontos bastante claros: recuperação econômica, relações raciais e imigração ilegal. É uma agenda ambiciosa e complexa, e que enfrenta uma determinada oposição dos republicanos. Apesar do reconhecido êxito da campanha de vacinação nos Estados Unidos, com uma taxa de plena imunização (2 doses) que chega a quase 60% da população do país (331 milhões), a pandemia deixou marcas profundas na economia norte-americana (HOROWITZ; IGIELNIK; KOCHNAR, 2021). É bem verdade que, desde a crise financeira de 2008, a economia dos Estados Unidos tem apresentado um crescimento robusto, combinado com inflação baixa. Contudo, essa pujança é extremamente desigual, favorecendo apenas alguns setores da economia, como tecnologia e finanças. Já os trabalhadores dos setores industrial e de serviços sofrem com o aumento do custo de vida, especialmente aqueles relacionados à moradia e à saúde. Essa recuperação econômica desigual verificada nas presidências de Obama e Trump acabou se acentuando ainda mais com o início da pandemia em solo norte-americano, em março de 2020.

A década passada demonstrou que havia um desequilíbrio de renda entre diferentes classes sociais que se acentuava de maneira preocupante nos Estados Unidos. Enquanto os trabalhadores dos setores tecnológico e financeiro, dotados de maior escolaridade, viam o valor de seus salários, casas e ações subirem exponencialmente, a realidade dos trabalhadores de outros setores era diferente. Trabalhadores com menor escolaridade, ou de setores da economia considerados ultrapassados, passavam por grandes dificulda-





Foto: Anthony Crider / Wikimedia Commons

des para adquirir uma casa ou apartamento, e ter um plano de saúde privado que fosse capaz de cobrir todas as necessidades médicas. Mesmo sendo beneficiados por uma economia com pleno emprego e pelo alto poder de compra do dólar, uma parcela considerável dos trabalhadores norte-americanos enfrenta a necessidade de ter dois empregos, além de dívidas crescentes (HOROWITZ; IGIELNIK; KOCHNAR, 2021). O peso de gastos médicos não cobertos pelos planos de saúde privados, crédito estudantil e aluguéis caros nas grandes cidades tem afetado severamente a classe média norte-americana há quinze anos.

Desigualdade

O descontentamento da classe média com as dificuldades econômicas foi um dos fatores preponderantes da vitória de Trump nas eleições de 2016. Não se pode esquecer que esse fenômeno está sendo verificado em escala global, e não apenas nos Estados Unidos, tal qual constatado pelo extenso trabalho de Thomas Piketty (2013) sobre a desigualdade. Com a pandemia, esses problemas se agravaram. À medida que as classes mais abastadas buscaram moradias maiores para o teletrabalho (home office), o preço das casas disparou. Além disso, a forte subida do mercado de ações gerou um substancial ganho para os norte-americanos que possuem acesso ao mercado financeiro.

A contrapartida disso foi que a parcela da população que já enfrentava dificuldades antes da pandemia viu a sua situação econômica se deteriorar ainda mais. Sem casa própria e sem investimentos, a faixa mais pobre da população norte-americana ficou de fora dessa bonança. Fábricas, restaurantes e lojas fechadas redundaram em uma perda de renda considerável para os norte-americanos que necessitavam de até dois empregos por dia para se sustentarem. Ao longo do ano de 2020, o desemprego subiu de 3,5% em janeiro para 14,8% em abril, o índice mais alto desde a recessão de 1982 (BLS DATA, 2021). Uma tragédia social ainda pior foi apenas evitada graças à ajuda substancial oferecida pelo governo aos desempregados, em uma das poucas ações efetivas do governo Trump no decorrer da pandemia.

Ao tomar posse, em janeiro de 2021, o desemprego havia baixado para 6,8%, Joe Biden aprovou uma nova rodada de estímulo financeiro para a economia norte-americana. Essa medida era tida como necessária, pois a vacinação estava apenas começando, e muitas restrições sanitárias ainda estavam em vigor. Esse pacote se revelou uma medida acertada de Biden, pois ajudou a retomada econômica nos Estados Unidos, além de representar um alívio financeiro para milhões de norte-americanos em dificuldade. Essa medida colaborou para que a economia retomasse o seu vigor, fazendo com que a taxa de desemprego tenha caído para 5% em abril de 2021, estando próxima ao patamar pré-pandemia. (BLS DATA 2021) Ao demonstrar empatia com a situação de trabalhadores em dificuldade, Biden consolidou a sua popularidade e o avanço da sua agenda econômica.

O seu plano econômico prevê um papel maior do Estado nos próximos anos. Alguns de seus planos são os mais ambiciosos vistos pelos Estados Unidos desde o *New Deal* de Roosevelt, nos longínquos anos 1930. O presidente acredita que é hora de o governo norte-americano utilizar a sua vasta riqueza para lidar com a questão da desigualdade social, agindo em setores da economia onde a iniciativa privada tem falhado nas últimas décadas. Ao contrário do que ocorre na América Latina, nos Estados Unidos a presença do Estado não envolve a criação de estatais, mas apenas representa uma injeção de recursos para certos departamentos dentro do governo norte-americano estimularem o desenvolvimento privado de setores estratégicos. Este modelo de desenvolvimento, bastante peculiar, se revela nos planos de Biden para infraestrutura e meio ambiente. Em junho, o presidente conseguiu um inédito apoio bipartidário para um vasto programa de aprimoramento da infraestrutura do país, algo que nem mesmo Barack Obama ou Donald Trump conseguiram (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2021).

Ambiente e tecnologia

A questão do meio ambiente e da tecnologia sustentável merece uma atenção especial, especialmente pela encruzilhada que enfrentamos atualmente. A pandemia causada pelo coronavírus demonstrou claramente a limitação humana diante da natureza, e o que pode acontecer se não respeitamos os limites do mundo natural. O grande mérito do presidente democrata foi apresentar a questão ambiental também como uma questão econômica, angariando, assim, um apoio maior para as suas propostas. Apesar de não ser o ambicioso *Green New Deal* proposto pela ala socialista do Partido Democrata, Biden apresentou um plano bastante robusto. Os Estados Unidos retornaram ao Acordo de Paris pelo meio ambiente, e o plano de infraestrutura determina enormes investimentos em tecnologia verde, energia sustentável e proteção ambiental em escala global. Desse modo, Biden deixa para trás a morosidade e o obscurantismo dos anos Trump em termos de política ambiental (ENVIRONMENT DEFENSE FUND, 2021).

Por fim, os graves problemas sociais vividos pelos Estados Unidos não podem ser esquecidos. A morte de George Floyd, vítima de uma violenta ação policial, em maio de 2020, trouxe à tona a chaga do racismo que afeta os Estados Unidos por toda a sua existência. Os protestos em praticamente todo o território nacional, exigindo uma ação decisiva no combate ao racismo estrutural, ocuparam um espaço importante na agenda política de Joe Biden. Certamente, a escolha da vice-presidente, Kamala Harris, a primeira afrodescendente a ocupar este posto, foi uma clara demonstração de vontade política por parte de Biden para enfrentar este problema. Biden ordenou, logo após a sua posse, a criação de uma força-tarefa voltada para investigação do racismo nas forças policiais norte-americanas, algo que havia sido proibido na gestão Trump (FARIVAR, 2021). O presidente também está focando os recursos

de seu plano econômico para a melhoria do padrão de vida das famílias negras norte-americanas.

Além dessas medidas aqui mencionadas, o *Right to Vote Act* (H.R.1) é uma peça legislativa essencial para o governo. Essa mudança na legislação eleitoral visa a modernizar e facilitar o acesso ao voto nos Estados Unidos, medida que beneficiaria imensamente os eleitores negros dos estados do Sul. Em pleno século 21 e em uma das maiores democracias do mundo, este é um direito que ainda lhes é frequentemente negado. Impressiona a feroz resistência republicana contra este projeto, alegando que o mesmo visa a "ampliar a fraude eleitoral". Ao dificultar o acesso da população negra ao direito de votar, os republicanos se colocam em uma posição muito perigosa. A questão racial é tão forte nos Estados Unidos que até mesmo democratas de estados do Sul estão hesitantes em apoiar a proposta de Biden (SCHOUTEN, 2021). O êxito do H.R.1 é decisivo para a presidência de Biden e, acima de tudo, serve para demonstrar o comprometimento do presidente com os afroamericanos.

Foto: Ted Eytan / creativecommons.org



O tema da imigração ilegal é outro terreno pantanoso, pois afeta diretamente outro grupo étnico muito caro aos democratas, os latinos. O governo Trump optou por uma dura política migratória, em sintonia com o seu discurso nacionalista. Famílias foram colocadas em campos de prisioneiros e separadas, a segurança de fronteira foi militarizada, e até mesmo a migração legal de cientistas e empreendedores foi praticamente proibida (HAJNAL, 2021). Biden ofereceu, em contrapartida, uma política de imigração mais humanitária, especialmente com regras claras para a obtenção de residência permanente e o refúgio de asilados políticos. Ao escolher como responsável pelas políticas para a área Alejandro Mayorkas, que é latino, o presidente sinalizou para uma mudança de rumos.

Entretanto, uma breve liberação regulatória para refugiados da América Central buscando asilo político gerou um cenário de caos na fronteira com o México a partir de fevereiro deste ano. Diante desse problema, Biden teve que recuar na liberação, sofrendo assim a primeira grande derrota do seu governo (ABI-HABIB, 2021).

Como demonstrado aqui, essas questões econômicas e sociais são tão importantes quanto os dilemas políticos apresentados na primeira parte do texto. E também como foi aqui abordado, são questões complexas, as quais oferecem a Biden um grande desafio para o êxito de sua presidência.

Conclusão

Ao se tornar o sucessor de Donald Trump, Joe Biden proporcionou um alívio para a humanidade, mas ele próprio passou a carregar um tremendo fardo. A natureza conflitiva e multifacetada da política norte-americana propicia um desgaste muito grande para a presidência, sobre a qual recaem as decisões mais importantes. Todavia, a sua experiência e o perfil conciliador lhe dão instrumentos para fazer um governo sólido e promover a reconstrução que o país precisa. Na presidência dos Estados Unidos, como foi bem observado pelo ex-presidente Bill Clinton, não basta ser ambicioso, as circunstâncias devem favorecer um projeto transformador. Mesmo após um começo de mandato bastante promissor, as ambições transfor-



madoras de Biden enfrentam grande resistência por parte dos republicanos, e ainda mais por parte dos trumpistas radicais. Cabe ao presidente navegar as águas com precaução, pois os temas de política interna são complexos e potencialmente explosivos. E não podemos deixar de esquecer que a política externa oferece simultaneamente ao presidente norte-americano uma quantidade similar de desafios. Apesar disso, a primeira impressão é a de que a presidência de Biden será majoritariamente ocupada pelos temas internos. E, acima de tudo, pela tentativa de pacificação da política norte-americana em um cenário pós-pandemia.

Nota

1. Pesquisador de pós-doutorado do Centro de Estudos da América Latina e Caribe (Cetac) da Universidade de York (Canadá). Doutor em História Econômica da América Latina pela Universidade Georgetown (EUA). Autor de *A Era de Trump: a encruzilhada da direita americana* (Edipucrs 2020).

Referências

- ABI-HABIB, Maria; BEREHULAK. "On Mexico's Border with U.S., Desperation as Migrant Traffic Piles Up." *The New York Times*, March 14, 2021, sec. World. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/03/14/world/americas/mexico-border-biden.html>
- BIASETTO, Bruno. *A era de Trump: a encruzilhada da direita americana*. Porto Alegre: Edipucrs, 2020.
- BROGAN, Hugh. *The Penguin History of the USA*. London: Penguin, 2001.
- BUREAU of Labor Statistics Data. Bls.gov. 2021. Disponível em: <https://data.bls.gov/timeseries/lms14000000>. Acessado em 25 jun. 2021.
- COUNCIL on Foreign Relations. *The State of U.S. Infrastructure*. 2021. Disponível em: <https://www.cfr.org/background/state-us-infrastructure>. Acessado em 25 jun. 2021.
- ENVIRONMENTAL Defense Fund. *5 Great Things Biden Did for the Climate in 100 Days — and 4 Things He Should Do Next.* n.d. Environmental Defense Fund. Disponível em: <https://www.edf.org/blog/2021/04/28/5-great-things-biden-did-climate-100-days-and-4-things-he-should-do-next>. Acessado em 2 de jul 2021.
- FARIVAR, Masood. *Review of US Justice Department Ramps up Investigations of Police*. VOA. Disponível em: <https://www.voanews.com/usa/us-justice-department-ramps-investigations-police>. Acessado em 25 jun. 2021.
- HAJNAL, ZOLTAN L. *Anti-Immigrant Backlash: Is There a Path Forward? In The Trump Paradox: Migration, Trade, and Racial Politics in US-Mexico Integration*, edited by Hinojosa-Ojeda Raúl and Telles Edward. Oakland, California: University of California Press, 2021. pp. 244-54.
- HOROWITZ, Juliana; IGIELNIK R; KOCHNAR R. "Trends in U.S. Income and Wealth Inequality." *Pew Research Center's Social & Demographic Trends Project*. January 9, 2020. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/social-trends/2020/01/09/trends-in-income-and-wealth-inequality/>. Acessado em 21 jun. 2021.
- JARVIS, Jacob. "Donald Trump Struggles to Hurt Joe Biden from the Outside, Looking In." *Newsweek*. June 29, 2021. Disponível em: <https://www.newsweek.com/donald-trump-joe-biden-approval-popularity-ratings-1604763>. Acessado em 22 jun. 2021.
- NEWS, A. B. C. n.d. "70% of Adults in 12 States Have Received at Least 1 COVID Vaccine Dose: CDC." *ABC News*. Disponível em: <https://abcnews.go.com/Health/70-adults-12-states-received-covid-vaccine-dose/story?id=78045049>. Acessado em 21 jun. 2021.
- OBAMA, Barack. *Promised Land*, a. Penguin Books Ltd, 2020.
- PIKETTY, Thomas; GOLDHAMMER, A. *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.
- SCHOUTEN, Fredreka. "Despite Joe Manchin's Latest Pitch, Voting Rights Bills Remain Imperiled in Congress. Here Are the Differences among Them | CNN Politics." *CNN*. May 18, 2021. Disponível em: <https://www.cnn.com/2021/05/18/politics/voting-rights-bills-congress/index.html>. Acessado em 22 jun. 2021.
- TOLLEFSON, Jeff. "Tracking QAnon: How Trump Turned Conspiracy-Theory Research Upside Down." *Nature (London)* 590, no. 7845 (2021): 192–193.
- WILENTZ, Sean. *The Age of Reagan: America from Watergate to the War on Terror*. New York: Harper, 2008.



textual

R E V I S T A

Revista Textual

Av. João Pessoa, 919 – Porto Alegre - RS – CEP 90040-000

Fone: (51) 4009.2980 – e-mail: textual@sinprors.org.br

www.sinprors.org.br/textual



Publicação

Sinpro/RS

www.sinprors.org.br/textual



facebook.com/SinproRS



twitter.com/SinproRS



instagram.com/SinproRS



youtube.com/SinproRS